Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Gleice Maria Mattos de Vasconcellos Luz

O impacto do desemprego nas relações familiares: solidariedade e conflito em famílias de camadas médias

Rio de Janeiro
2005

Gleice Maria Mattos de Vasconcellos Luz

O impacto do desemprego nas relações familiares: solidariedade e conflito em famílias de camadas médias

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dra. Clarice Ehlers Peixoto

Rio de Janeiro
2005

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

L979 Luz, Gleice Maria Mattos de Vasconcellos.
O impacto do desemprego nas relações familiares: solidariedade e conflito em famílias de camadas médias /Gleice Maria Mattos de Vasconcellos Luz. – 2011.
109 f.

Orientador: Clarice Ehlers Peixoto.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Família - Teses. 2. Desemprego - Teses. 3. Desempregados – Aspectos sociais - Teses. I. Peixoto, Clarice Ehlers. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU301.185.14

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

_____ _____

Assinatura Data

Gleice Maria Mattos de Vasconcellos Luz

O impacto do desemprego nas relações familiares: solidariedade e conflito em famílias de camadas médias

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 17 de junho de 2005.

Banca Examinadora:

_____
Profª. Drª. Clarice Ehlers Peixoto (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____
Profª. Drª Cláudia Barcellos Rezende
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____
Profª. Drª Elaine Reis Brandão
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2005

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu querido irmão, Alexandre, O Grande! Muitas, muitas saudades...

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Aos professores e colegas do PPCIS com os quais pude dialogar e enriquecer minha formação.

À minha orientadora, Clarice Peixoto, a quem admiro, pela atenciosa orientação. Agradeço, também, por ter despertado meu olhar para novos saberes e pelo papel decisivo nos rumos da minha vida profissional. O conhecimento que me transmitiu é um presente que levo por toda vida.

À Christiane e Simone, por serem sempre tão delicadas e atenciosas no atendimento da secretaria do PPCIS.

À Margareth e Mauro, muito solícitos no serviço que prestam aos alunos do PPCIS, por facilitarem meu acesso à informação.

Ao André pelas sugestões e críticas pertinentes e completo apoio em todas as etapas deste trabalho. Agradeço também por todo amor, dedicação, compreensão. Meu grande amigo e companheiro para toda a vida; e à Miguelzinho, por ser o motivo das minhas alegrias e força para seguir. Juntos são a minha maior riqueza.

RESUMO

LUZ, Gleice Maria Mattos de Vasconcellos. *O impacto do desemprego nas relações familiares*: solidariedade e conflito em famílias de camadas médias. 2005. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

A presente Dissertação trata de uma análise sobre as questões que envolvem o retorno de jovens casais à casa materna ou paterna causado pelo desemprego e/ou dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Questões estas que vão desde a precarização das condições materiais da família até os efeitos do desemprego nas relações familiares. Na constatação deste quadro, uma questão inicial surgiu: O desemprego estaria provocando uma nova dinâmica na organização das famílias de camadas médias urbanas? Ou seja, a recoabitação como estratégia de apoio no momento do desemprego estaria provocando a co-residência forçada entre duas ou mais gerações, alterando assim a tendência à nuclearização da família, iniciada a partir dos nos anos 70? Mais ainda, a dependência entre as gerações estaria comprometendo a autonomia dos indivíduos na família? Essas foram algumas das indagações investigadas nessa pesquisa.

Palavras-chave: Família. Desemprego. Família e desemprego. Solidariedade. Conflito familiar

ABSTRACT

This thesis is an analysis of the issues surrounding the return of young couples to the maternal or paternal house caused by unemployment and / or difficulty in entering the labor market. These issues are ranged from the precarious material conditions of the family until the unemployment effects on family relationships. In finding to this situation, an initial question arose: Would unemployment be leading a new dynamic in the organization of urban middle-class families? That is, would ‘re-living’ as a support strategy when unemploymetn was happening be causing the forced co-residence between two or more generations, thereby altering the trend toward family nuclearization, started from the '70s? Moreover, could the dependence between generations be compromising the autonomy of individuals in the family? These were some of the questions investigated in this research.

Keywords: Family. Unemployment. Family relationships. Family and unemployment. Family conflict. Solidarity

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** 8

2 **ESTRANHANDO O FAMILIAR** 14

2.1 **As mudanças no "olhar" sobre o "outro"**..... 14

2.2 **A escolha do objeto: transformar em familiar o exótico**..... 16

2.3 **As famílias**..... 19

3 **O IMPACTO DO DESEMPREGO NA FAMÍLIA**..... 32

3.1 **Efeitos do desemprego: perda do poder aquisitivo e transferências materiais de pais para filhos**..... 37

3.2 **Retorno à casa dos pais: recoabitação entre as gerações**..... 39

3.3 **Ajudas públicas x ajudas privadas nas situações de desemprego**..... 45

4 **SOLIDARIEDADE E CONFLITO FAMILIAR**..... 52

4.1 **Solidariedade familiar: afeto x obrigação. tensão e reforço dos laços familiares**..... 53

4.2 **As tensões e conflitos**..... 62

4.2.1 Conflito entre pais e filhos 62

4.2.2 Conflito entre avós e netos..... 66

4.2.3 Conflito entre parentes por aliança..... 68

4.2.4 Conflito entre casais..... 76

4.2.5 Os mediadores..... 80

5 **CONCLUSÃO** 86

REFERÊNCIAS 91

1. INTRODUÇÃO

No mundo inteiro se ouve falar da crise do desemprego. Tema constante no âmbito político e acadêmico onde se discute e se reflete sobre o desemprego dos jovens, das pessoas com mais de 40 anos, de pessoas com baixa qualificação, e ainda, da instabilidade dos trabalhos sazonais e informais.

Nesses debates, muito se aponta para os efeitos do neoliberalismo que concorrem para a precarização do mercado de trabalho e das condições de trabalho. Fenômeno este que não é inerente somente aos países em desenvolvimento, pois nos países com fortes mecanismos de proteção do emprego e políticas sociais que dão amplo suporte aos sujeitos, os índices têm aumentado e provocado o aumento da criminalidade, entre outros fatores. As políticas econômicas adotadas pela maioria dos países, não têm apresentado resultados positivos que permitam mudanças na economia que conduzam à abertura de novas frentes de trabalho e, conseqüentemente, à diminuição das taxas de desemprego.

No Brasil, o desemprego já atinge mais de um quinto da população. Índice que é mais alarmante entre a população jovem, cujas conseqüências têm um impacto nos projetos profissionais e de realização pessoal. Não foi por acaso que uma das primeiras medidas do Governo de Luís Ignácio Lula da Silva foi incentivar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, através do Programa Primeiro Emprego - PNPE[1], promovendo a geração de empregos para jovens entre 16 e 24 anos. Entretanto, os altos índices do desemprego

[1] A Lei 10.748/2003 criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, Fonte: http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/10748_03.htm-51K. Acesso em 14/05/05.

mostraram que, mesmo com a criação desse programa e o esforço para a promoção de novos empregos, o quadro pouco se alterou em relação aos índices na gestão do governo anterior.

Os efeitos do desemprego são traumáticos e afetam diferentemente os indivíduos segundo o gênero, a idade e a condição social. Em casos extremos, de longos períodos de desocupação, o impacto nas condições de vida da pessoa desempregada pode ser muito forte promovendo enorme perda do poder aquisitivo e de consumo. Os primeiros cortes no orçamento familiar são os relativos ao lazer, em seguida na educação dos filhos (saem das escolas privadas para as públicas) e assistência médico-hospitalar (cancelamento de planos de saúde e recursos aos hospitais públicos, precários), em seguida a moradia quando é alugada (retornam à casa dos pais ou parentes). O ultimo corte, é na alimentação. Vale assinalar que a pessoa desempregada sofre efeitos psicológicos quando se percebe excluído socialmente, sem o direito fundamental ao trabalho: baixa auto-estima, depressão, apatia, vergonha, são alguns dos problemas que se aliam ao empobrecimento e que podem contribuir para o desenvolvimento de doenças mais graves, os efeitos físicos do desemprego.

Todos os efeitos do desemprego têm um reflexo profundo nas relações familiares, pois na ausência de políticas públicas voltadas para o indivíduo em dificuldade (me refiro aqui somente às políticas de apoio ao desempregado), é a família materna ou paterna que irá garantir as necessidades básicas dos filhos desempregados. O impacto do desemprego tem provocado novos rearranjos familiares e alterado a contribuição de cada membro na composição da renda familiar. Os rearranjos refletem o deslocamento das

responsabilidades materiais da família que recaem sobre os outros membros. No momento de crise é ela que se mobiliza para a superação dos problemas dos seus membros.

Neste sentido, observamos que as pesquisas demográficas, a partir do final da década de 90, apontam para o aumento do número de famílias chefiadas por pessoas com mais de 60 anos. Uma das causas apontadas,[2] está relacionada ao desemprego dos filhos adultos. Os pais passam a ser a principal fonte de transferências materiais diversas aos seus filhos adultos desempregados, alterando assim a relação de dependência entre as gerações (Peixoto, 2004). Melhor falar de interdependência geracional do que dependência (Camarano, 1999).

Diante desse panorama nacional e assistindo de perto muitas famílias conhecidas revivendo a recoabitação, decidi investigar mais a fundo as reações das famílias que atravessam momento de crise e a repercussão do desemprego nas relações familiares cotidianas.

Os jovens entrevistados nesta pesquisa estiveram desempregados durante certo tempo de suas vidas. Não se trata aqui de jovens em busca de um primeiro emprego, mas de pessoas que já constituíram família e já tiveram experiência de trabalho. O desemprego significou, para eles, mais do que um entrave ao percurso da carreira profissional: a impossibilidade de manter as mesmas condições materiais de sua família.

Esta pesquisa foi minha primeira experiência de trabalho de campo, pois a monografia de ciências sociais se baseava em pesquisa Etnohistórica, ou seja, trabalhei somente com documentos de arquivos sobre a história dos

[2] Importante considerar, também, que a permanência no trabalho ou o retorno a ele após a aposentadoria está relacionada à necessidade de manter as mesmas condições de vida, posto que as perdas salariais na aposentadoria tenham impacto no poder aquisitivo da família. (Peixoto, 2004)

povos indígenas. Talvez, por isso, tenha escolhido estudar um “outro” bem “próximo”, procurando entender melhor minha própria sociedade, mais especificamente, a família carioca pertencente às camadas médias urbanas. Evidentemente que uma pesquisa mais extensa exigiria maior tempo e inserção prolongada. Procurei, contudo, explorar ao máximo os aspectos que considerei relevantes para entender a dinâmica familiar nesse contexto de desemprego.

Dado o tempo exíguo para a realização do curso de mestrado, não foi possível aliar a observação participante às entrevistas semi-abertas. Mais do que isso, foram realizadas somente entrevistas com seis famílias, totalizando 14 depoimentos.

As entrevistas semi-abertas permitiram a reconstrução das estratégias familiares, recompensando, assim, o número pequeno de relatos pela riqueza das informações recolhidas. Foi possível, desse modo, reconstruir as diversas relações entre os atores da cena familiar por meio tanto da descrição que fazem de suas práticas e quanto da análise de suas representações. Assim, considerei o ponto de vista dos atores para elucidar a concepção e o sentido que dão ao mundo social, mas, também, busquei analisar seus comportamentos na vida cotidiana, interrogando sobre as relações e trocas entre os membros familiares.

Deste modo, a estrutura das entrevistas consistia em, primeiro, perguntas sobre a reorganização da casa com a chegada dos filhos casados (e seus filhos) e, segundo, questões de foro mais íntimo tais como os relacionamentos conflituosos. Interessante notar como representação e comportamento, muitas vezes são contraditórios. Assim, ouvi famílias

afirmarem que não têm conflitos, mas ao perguntar sobre a organização da casa e o uso dos aparelhos domésticos (por exemplo, computador, telefone), muitos disserem que isto era motivo de desentendimentos sérios. Do mesmo modo, sogras disseram que as noras eram como filhas, enquanto estas declararam que jamais retornariam a morar com as sogras. Enfim, tudo indica que os apoios entre sogra-nora não são tão incondicionais como aqueles entre mãe-filha. Interessante, também, é a relação entre avós e netos quando coabitam: a maioria das avós afirma que não interfere na educação dos netos, mas intervêm freqüentemente na relação entre seus filhos e netos. São esses rearranjos e relacionamentos entre duas ou três gerações coabitantes, provocados pelo desemprego de jovens adultos, que pretendo analisar ao longo desse trabalho.

Sobre a estrutura da dissertação.

No primeiro capítulo, busco refletir sobre as questões metodológicas que envolveram a pesquisa. Em se tratando de um estudo sobre a família, foi fundamental pensar a respeito do distanciamento necessário à compreensão do que é familiar ou distante, pois compartilho do mesmo código de significações que meus entrevistados. Os problemas que envolveram as estratégias para interagir com as famílias selecionadas também foram abordados aqui, pois adentrar nessas casas e perguntar sobre a intimidade dos relacionamentos familiares é uma tarefa delicada. Assim, nos encontros com cada família, sob a perspectiva dos desafios metodológicos enfrentados, procurei destacar os aspectos que poderiam enriquecer (ou não comprometer) a análise dos elementos que envolvem a recoabitação entre gerações.

No segundo capítulo, discorro sobre os efeitos do desemprego no orçamento familiar dos jovens casais e que têm um impacto nas relações familiares. Como se dão as transferências materiais dos pais para os filhos diante da perda do poder aquisitivo desses últimos é, talvez, a questão mais focalizada. O capítulo aborda, também, as diferenças entre os países nos quais o Estado-providência garante as necessidades básicas dos indivíduos em dificuldade em comparação com o Brasil, cujas ajudas públicas pouco garantem a securidade das famílias.

Por último, o terceiro capítulo é dedicado à compreensão do sentido que a solidariedade familiar toma neste universo pesquisado. Partindo de algumas considerações teóricas de estudos sobre a família, procurei entender a dinâmica dos apoios privados e em nome de que sentimentos eles se concretizam: obrigação ou afeto. Este capítulo aborda também os variados conflitos que emergem no seio da família como conseqüência da recoabitação.

Qual o impacto das diferentes visões de mundo de cada geração nas relações familiares? Quais os elementos detonadores de conflitos em situação de recoabitação? Que estratégias são criadas pelos sujeitos a fim de superar as tensões causadas pela proximidade forçada? Em que medida autonomia e independência dos jovens são afetadas? E ainda, estariam os conflitos concorrendo para uma ruptura dos laços familiares? São todas essas questões que procuro investigar nessa pesquisa.

2. ESTRANHANDO O FAMILIAR

“de perto ninguém é normal”
(Caetano Veloso)

2.1 AS MUDANÇAS NO “OLHAR” SOBRE O “OUTRO”

É importante destacar a contribuição que Malinowski e Boas deram à disciplina antropológica, inaugurando o método da observação participante, cuja característica principal é a fusão da experiência pessoal intensa com a análise científica.

A observação participante na pesquisa de campo, estabelecida como método para o conhecimento do “outro”, orientou as pesquisas de toda uma geração de antropólogos durante a primeira metade do século XX. É nesse momento que o pesquisador percebe que, para conhecer o “outro”, ele deve recusar intérpretes e, principalmente, realizar sua própria pesquisa através da observação direta. Há, portanto, uma ruptura com a prática antropológica de gabinete do século anterior. Até então, os dados sobre povos distintos eram obtidos por viajantes, missionários e administradores e repassados para o pesquisador, que, de longe, analisava as culturas. A antropologia, até então voltada para a catalogação de uma história geral da humanidade, parte para a inteligibilidade das culturas. Inaugura-se um cânone na antropologia, tendo a etnografia o papel metodológico central.

Às pesquisas etnográficas que se seguiram, um conjunto de prescrições foi formulado a fim de tornar legítima a pesquisa de campo enquanto ciência, sendo o etnógrafo profissional, “treinado nas mais modernas técnicas analíticas e modos de explicação científica” (Clifford, 2002:28). Um verdadeiro trabalho

científico tinha que contar com o olhar especializado, preciso e neutro do antropólogo, seguindo uma postura pautada no relativismo cultural, livre de qualquer juízo de valor, portanto, isento de problemas político-administrativos e despreocupado com conversões. A partir desse momento, inicia-se a fusão da teoria com a pesquisa empírica. Como observa J. Clifford, o novo método de pesquisa torna-se um consenso internacional, sendo realizado por acadêmicos qualificados, institucionalizado e materializado em práticas textuais específicas. (2002: 21). Deste modo, a experiência etnográfica dos pesquisadores desse período, evoca uma autoridade cientifica cujo pressuposto básico é a idéia de que o ponto de vista do nativo pode ser captado pelo observador e, posteriormente, compartilhado pelo leitor interessado na cultura de outros povos.

A antropologia ficou profundamente impactada com a publicação *de O Diário no Sentido Estrito do Termo* de Malinowski, encontrado em 1942, mas só publicado em 1967. Um profundo constrangimento se instalou quando caiu por terra o mito de que o antropólogo teria capacidades extraordinárias para captar o ponto de vista do nativo “(...) semicamaleão, que se adapta perfeitamente ao ambiente exótico (...), um milagre ambulante em empatia, tato, paciência e cosmopolitismo (...)” (Geertz, 1999: 85). No entanto, a questão que se deve pensar e que surpreende, é como Malinowski consegue separar o trabalho da vida. O *Diário* deixa evidente que ele sabia das dificuldades que sentia nas ilhas Trobriand, porém, sentimentos não deveriam interferir na sua pesquisa. Neste sentido, se no passado uma das premissas da antropologia era direcionar o “olhar” para o outro buscando a neutralidade no campo, hoje sabemos que tal procedimento é um mito.

As mudanças nas relações políticas, econômicas e culturais entre os países mudaram o perfil do trabalho antropológico, invertendo a ordem na relação de pesquisa entre “sujeito” e “objeto”, pois, inúmeras etnografias passaram a ser realizadas por pesquisadores que de “observados”, dada a sua origem, tornaram-se “observadores”. Os antropólogos também começaram a se voltar para si mesmos, com o objetivo de investigar sobre a sua própria sociedade. As pesquisas eram direcionadas às populações urbanas. Assim “ao lado das ´praias, aldeias e povoados´ da ´antiga´ antropologia, estudam-se também a cidade, seus grupos, seus bairros, seus habitantes e seus estilos de vida, entre outros temas” (Silva, 2000: 24).

2.2 A ESCOLHA DO OBJETO - TRANSFORMAR O FAMILIAR EM EXÓTICO

Como chama atenção C. Peixoto, “a antropologia, dizem, é a ciência que permite a construção de elos entre dois universos de significação: através de seus instrumentos de interpretação ela estabelece a mediação entre o exótico e o familiar” (2000: 26). A produção do conhecimento do homem sobre o próprio homem pressupõe que ele consiga estranhar-se em si mesmo e familiarizar-se com o outro, posto que nas ciências humanas, observador e observado são da mesma natureza.

Durante a minha pesquisa muitas questões metodológicas vieram à tona, fruto das discussões abordadas no curso de metodologia e que compõe um conjunto de regras a serem seguidas num trabalho científico. Não se trata de um manual, mas um pensar sobre o fazer antropológico. A mais inquietante

na reflexão deste trabalho e muito levantada nos estudos acadêmicos da área se refere ao fato de que, em se tratando de estudar sua própria sociedade, é necessário tornar exótico o que parece familiar. A “experiência próxima” exige do pesquisador que ele lance mão do distanciamento a fim de conseguir problematizar o que antes parecia óbvio. R. Da Matta assinala que

> O problema é, então, o de tirar a capa de membro de uma classe e de um grupo social específico para poder – como etnólogo – estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir (ou recolocar, como fazem as crianças quando perguntam os ‘porquês’) o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação (1978:28-29).

A familiaridade pode se tornar uma armadilha ao pesquisador (a) uma vez que, compartilhando dos mesmos códigos sociais, ele pode trazer cristalizadas certas prenoções a respeito do grupo e assim impedido, numa espécie de cegueira, de apreender as variadas visões de mundo dentro de mesma escala de experiências. Diria que a própria proposta de pensar sobre a experiência do objeto pesquisado, transformado em “nativo”, já se configura numa postura distanciada, pois o lugar da observação participante e da entrevista é o lugar do empírico e exige uma atitude intelectual. Tal atitude não é uma identidade e, embora sujeito e objeto estejam unidos pelo mesmo universo de significação, o pesquisador deve estar muito atento para que sua experiência de vida não interfira na reflexão sobre a experiência do outro, através de um olhar carregado de juízo de valor e opiniões preconcebidas. Metaforicamente, assim como falar a mesma língua não pressupõe que se apreendam os diferentes significados dados às palavras, categorias e

expressões, “o que vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido (...)”. (Velho, 1978: 39)

Realizei as entrevistas consciente de que poderia desconstruir algumas idéias sobre a dinâmica das relações entre os pares noras-genros/sogros, marido/mulher, pais/filhos, avós/netos. Evidentemente, meus questionamentos estavam ligados ao desejo de colaborar para a reflexão sobre minha sociedade, mas também compreender melhor o meu próprio grupo de pertencimento. Num diálogo constante entre o meu universo familiar e o universo pesquisado, acabei percebendo que a subjetividade do pesquisador e o comprometimento científico não são excludentes. Creio que o saldo foi positivo, pois a familiaridade “introduz uma nova dimensão para o trabalho antropológico”. Concordo com G. Velho quando diz que,

> (...) não se trata apenas de manipular com maior ou menor habilidade técnicas de distanciamento, mas ter condições de estar permanentemente num processo de autodimensionamento paralelo e complementar ao seu trabalho com o objeto de pesquisa de que, afinal, ele faz parte (1989:13).

Transitar entre o mundo nativo e o mundo científico é uma tarefa delicada, mas acredito que o conhecimento que se tem de alguns códigos do grupo não deve ser anulado, e sim, redirecionado. Deste modo, acredito também, que essa dimensão subjetiva da pesquisa, inevitável, deve ser aproveitada do ponto de vista prático. Nesta investigação, as experiências em comum serviram como estratégia para encurtar distâncias e estabelecer um clima de confiança com meus interlocutores.

E foi deste modo que a pesquisa sobre o impacto do desemprego na vida familiar a qual me propus fazer, exigiu que eu buscasse transformar em exótico o que antes parecia familiar, posto que também compartilho com os nativos os papéis de esposa, mãe, filha e nora.

A principal justificativa para a escolha do tema desta dissertação foi o fato de, primeiro, eu ter vivenciado durante algum tempo esta experiência de recoabitação, e segundo, por ter percebido que não era uma experiência isolada, já que na minha rede de relações muitos casais de jovens estavam passando pelo mesmo processo. A partir desta observação uma questão mais ampla se apresentava e me chamou atenção: estaria o desemprego interferindo e causando mudanças nas relações familiares?

Sabendo o que queria estudar, uma primeira questão surgiu: No meio urbano a privacidade da família é garantida pelas paredes que separam cada unidade de um edifício. Como conseguir entrar numa delas e tocar em assuntos tão íntimos como conflitos, renda, relações? No decorrer da pesquisa observei que as formas de transmissão das informações variavam conforme as famílias entrevistadas, cada uma implementando seu próprio ritmo, estabelecendo limites claros entre o privado e o público. Mais ainda, observei que, embora a empatia não seja importante como método do conhecimento, ela é fundamental na forma do relacionamento posto que a entrevista é dada em nome da relação que o pesquisador (a) estabelece com o objeto.

2.3 AS FAMÍLIAS

Evidentemente que, para todo acesso a grupos humanos é fundamental criar estratégias de entrada. Para escolher as famílias entrevistadas busquei na minha rede de relações, pessoas que conhecessem outras que estivessem vivenciando a recoabitação com os pais, causada pelo desemprego. Assim, procurei entre os moradores do meu edifício, os colegas de curso e os amigos dos amigos. A primeira aproximação era mediada por alguém mais próximo a mim, que já adiantava algumas informações a respeito da pesquisa. Em seguida, já sabendo a respeito da predisposição do informante, estabelecia um contato direto, no qual esclarecia o objetivo do trabalho e marcava a data da entrevista.

O trabalho de campo é sempre condicionado pela relação que se tem com o grupo e esta pode abrir portas ou não. Diria que em entrevistas, esse contato com o outro, mesmo breve, também é condicionado pelas trocas entre “sujeito e objeto”. Se elas forem desastrosas, podem comprometer toda a pesquisa na medida em que as informações passam a ser omitidas ou falseadas. Não se tem o controle sobre o que o grupo pensa sobre você, mas é necessário que exista uma consciência sobre este pensar. A atenção constante sobre o que o pesquisador (a) pode representar naquele momento favorece posteriormente a interpretação e análise dos dados.

Como meu trabalho não consistia em uma pesquisa de campo sistemática, fundada na observação participante cotidiana, procurei encurtar as distâncias naqueles breves encontros programados, no decorrer da conversa, explicitando que a minha experiência familiar era semelhante à experiência que

viviam naquele momento. Um clima descontraído se instaurava e a minha posição, delicada, de pesquisadora era imediatamente desconstruída por eles. Entretanto, novos lugares me eram dados. Percebi que em algumas famílias, minha presença parecia com a de uma terapeuta familiar, o que facilitou muito para que os conflitos se descortinassem, enriquecendo minhas análises. Entretanto, pude notar que nessa "terapia familiar" cada geração se comportava diferentemente. Geralmente, a geração pivô, ou seja, os filhos que retornaram, sentia-se pouco mais constrangida para tratar de certos assuntos, enquanto a geração mais nova, a dos netos, aproveitava a oportunidade para tecer críticas aos mais velhos, talvez garantidos por certa imunidade diante da minha presença. Já a geração mais velha, a dos avós, encontrava naquele evento onde toda a família estava reunida, uma chance para tratar de problemas aparentemente intocáveis e, principalmente, "fazer suas reclamações". A exceção de duas famílias, o lugar de pesquisadora me foi preservado, pois meus informantes também eram de origem acadêmica e conheciam os procedimentos envolvidos no processo de pesquisa.

As famílias deveriam atender alguns critérios que os encaixasse no perfil de camadas médias brasileiras. Assim, deveriam ter renda familiar acima de R$2.500, 00; todos os membros adultos com escolaridade média e superior; famílias cuja geração dos filhos tivesse até quarenta anos no momento do retorno à casa paterna; e de preferência compostas por três ou mais gerações.

Embora eu buscasse uma simetria nas entrevistas, não foi possível estabelecer o mesmo formato em todos os encontros, pois nem todos tiveram disponibilidade para se reunirem e alguns aceitaram participar desde que pudessem dar seu depoimento individualmente, se configurando de antemão já

um dado para análise. Por este motivo utilizei entrevistas conjuntas formais em duas famílias com três gerações; entrevista conjunta formal com um casal; entrevista individual informal em duas gerações de uma mesma família; e entrevista individual formal com duas pessoas de famílias distintas. A princípio, uma das minhas preocupações a respeito era se a dinâmica diferente das entrevistas comprometeria a pesquisa, dificultando um estudo comparativo entre as famílias. Entretanto, percebi que poderia explorar diversos aspectos das relações familiares em cada caso, de um lado contrastando representações e comportamentos e de outro aprofundando conflitos que jamais seriam abordados numa entrevista em conjunto. As diferentes abordagens não anularam a riqueza de informações obtidas, fundamental para o diálogo com a bibliografia proposta.

A primeira família entrevistada foi a de Iranir (44 anos, dona de casa), moradora de meu edifício. Tão logo percebi que estavam dentro do perfil da minha pesquisa, tratei de me aproximar através de conversas dentro dos elevadores, nos encontros no supermercado e drogarias do bairro. De todos os membros dessa família, Sr. Angelo3 (86 anos, aposentado) demonstrou ser a pessoa mais solícita ao meu contato. Entretanto, observei que a entrada na família não poderia ser a partir dele, pois percebi que todas as decisões da família eram tomadas por sua filha. Era ela quem participava das reuniões de condomínio e era solicitada a resolver os problemas relativos ao apartamento em que moravam. Esperava a melhor oportunidade para convidá-la a participar de minha pesquisa quando um dia, bateu em minha porta oferecendo doce de

[3] *In memorian*.

Cosme Damião4 ao meu filho. Salva pela crença popular, imediatamente aproveitei aquele momento e consegui marcar a entrevista com sua família.

Iranir e Miguel (47 anos, atualmente militar da aeronáutica) moravam com as duas filhas, Fernanda (16 anos, estudante) e Mariana (14 anos, estudante) em bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. Há dez anos, na década de 90, Miguel ficou desempregado durante longo período. A família passou a solicitar as ajudas dos pais de Iranir, Sr. Angelo e Dona Deusa (80 anos, aposentada). Já não conseguindo mais pagar o aluguel do imóvel onde moravam, decidiram morar provisoriamente na casa dos pais de Iranir até que Miguel se reinserisse no mercado de trabalho. Segundo Iranir, o retorno

> (...) foi uma bagunça, porque lá era grande e tinha muita coisa. Aqui minha mãe também tinha as coisas dela. Era tudo duplicado aqui em casa. Trouxe móveis também porque eu não pensava em ficar. Aí depois aos pouquinhos eu fui me desfazendo das coisas da mamãe porque os dela eram mais velhos. Também me desfiz de algumas coisas e fui mudando. Tirei a cristaleira que ela tinha aqui (Iranir imita o desespero da mãe: Ah! minha Cristaleira). Foi embora a cristaleira dela. Ficamos remanejando as coisas e por final a gente conseguiu botar os seis aqui dentro e ficou todo mundo acomodado. Do jeito que antigamente tava não dava pra colocar todo mundo aqui dentro não.

A moradia dos pais de Iranir é própria. Situada num bairro da zona sul do Rio de Janeiro, o imóvel possui um quarto amplo, sala, cozinha e banheiro, sem mais dependências. O apartamento teve que sofrer algumas adaptações para o retorno de Iranir com sua família. A sala possuía um pequeno jardim de

[4] Prática de promessa religiosa que consiste em oferecer saquinhos de doces às crianças no dia 27 de setembro, data dedicada aos santos Cosme e Damião.

inverno que foi transformado em quarto para o jovem casal. As netas, ainda crianças dormiam com os avós no único quarto da residência.

A família de Iranir não hesitou em evidenciar seus conflitos durante a entrevista. Embora o discurso dos avós fosse pautado na idéia de união familiar e respeito, aproveitando minha presença para denunciar suas insatisfações, acabaram levantando polêmicas com as gerações mais novas na medida em que comentavam sobre a desorganização da casa, o volume das conversas, as contas altas de telefone, o comportamento agressivo das netas e opinavam sobre as brigas do casal, no que foram protestados pela filha e as netas. Os conflitos familiares vinham à tona e todos acabavam ora se defendendo ora denunciando. Iranir, por muitas vezes, tentava minimizar o impacto das falas de Dona Deusa tecendo comentários jocosos quando as críticas eram direcionadas a ela. Tal postura, na verdade, revelava certa tensão em descortinar traços de seu comportamento e de sua intimidade conjugal. O recurso da brincadeira era logo substituído por um tom mais sério quando o assunto era o comportamento de suas filhas.

A família de Marilza (54 anos, vendedora) também foi entrevistada em conjunto. Nosso primeiro contato foi através de uma amiga em comum, que promoveu nossa conversa inicial pelo telefone. Marcamos a entrevista logo para o dia seguinte, pois sua filha Fabiana (27 anos, desempregada) o genro André (29 anos, vendedor) e a neta Lia (3 anos) estavam passando aquela semana em sua casa e todos estariam reunidos naquele dia. Além deles, Marilza tem outra filha – Fabíola (24 anos, auxiliar administrativa). Fabiana e André haviam se mudado recentemente para uma casa alugada colocando fim à recoabitação. Antes disso, diante do desemprego do casal, decidiram morar

todos numa casa alugada, relativamente grande, em bairro de classe média da zona oeste do Rio de Janeiro. Segundo Fabiana, “os móveis ficavam misturados, pois a casa comportava tudo sem aperto”.

Os três quartos do imóvel eram destinados, um para Marilza, outro para sua filha mais nova e o terceiro para o casal e filha pequena. Ocasionalmente, Roberto (desempregado, 55 anos) namorado de Marilza passava alguns meses morando com eles. Ao final do contrato de locação, dado os altos preços de imóveis maiores e com a inserção de André no ramo de vendas, a família decidiu morar em casas separadas. Contudo, o jovem casal retorna frequentemente à casa materna, recorrendo ao apoio de Marilza para cuidar da neta doente. O argumento para essas curtas estadias tanto recai nas melhores condições infra-estruturais como telefone, localização do imóvel quanto no estado de saúde da própria Marilza, acentuado pela distância da neta.

Durante a entrevista, a família relutava em tratar de tensões mesmo que eu insistisse nos aspectos que poderiam ser detonadores de conflito, como gastos e divisão das despesas, a participação da avó e da tia na educação da neta e sobrinha e a relação entre sogra e genro. Por mais que nos sentíssemos descontraídos, a família parecia estar sempre alerta ao que ia responder. Fabiana era a principal informante. Foi através dela que tomei conhecimento de praticamente toda a história da família, mas quando André chegou5, Fabiana se antecipou em colocá-lo a par de seu depoimento antes que eu começasse a entrevistá-lo, levando a crer que temia que caíssem em contradição. Convencida de que não avançaria além das informações obtidas e já caminhando para o encerramento da entrevista eis que, Roberto, namorado de

[5] Eu havia chegado antes do horário marcado e André tinha ido visitar sua mãe.

Marilza saiu da cozinha e veio participar da conversa aparentemente sem ter sido convidado pelos demais. O mal-estar provocado pela sua presença[6] demonstrou que a pretensa harmonia familiar caia por terra. Foi a deixa que precisava para falar sobre os conflitos daquela família.

A resistência que tiveram em compartilhar suas experiências poderia estar condicionada a alguns problemas. Como observa W. Silva:

> Na decisão sobre o que perguntar e como fazê-lo, atuam vários fatores como a simpatia e a confiança que os interlocutores estabelecem entre si no momento da entrevista. O que um entrevistado diz respondendo a uma pergunta muitas vezes permite que o entrevistador entenda porque ele se recusa a falar sobre certos temas (2000:50).

Durante muito tempo fiquei pensando que talvez não tivesse inspirado confiança no grupo, no entanto, descobri mais tarde que Marilza não tinha um bom relacionamento com a amiga em comum, que intermediou nosso encontro. Mais grave ainda, era de seu conhecimento que eu era muito próxima dessa amiga. Outro fator que destaco foi que, ao esclarecer o objetivo de minha pesquisa, enfatizei que se tratava de um estudo sobre solidariedade familiar, pois temia que Marilza recusasse o encontro se dissesse que estava interessada no impacto do desemprego na família, tema pouco confortável para quem vivencia este problema. Minha fala pode ter comprometido a entrevista posto que a família talvez tenha ficado presa a idéia de representar papel de "família feliz". Entretanto, ainda citando Silva "(...) admitir que os pesquisados (...) 'mentem', ou contam 'meias verdades' (...) não reduz a importância dos

[6] Fabiana e Marilza se entreolhavam e cochichavam enquanto eu explicava para Roberto o motivo de minha entrevista.

seus depoimentos" (2000: 49). Por este motivo, esta entrevista enriqueceu também a reflexão no âmbito metodológico sobre o cuidado que se deve ter ao eleger o mediador, e como interar o informante a respeito dos objetivos da pesquisa.

Juliana (28 anos, jornalista) e Rick (30 anos, gerente de RH) formam a terceira família entrevistada. Ambos aceitaram dar seu depoimento sobre o processo de recoabitação com os pais quando voltaram dos Estados Unidos. Mais uma vez, quem mediou nosso contato foi outra amiga em comum. A princípio sugeri que fizéssemos uma entrevista com toda a família, mas o pai de Juliana, professor universitário e vivendo uma segunda união, não tinha muita disponibilidade. Resolvi não esperar por ele porque percebi que acabaria perdendo a família, pois o contato estava esfriando. Através de alguns comentários da nossa mediadora, tomei conhecimento de alguns dos problemas que o casal enfrentara quando veio morar com o pai de Juliana e sua família considerei que valeria insistir na entrevista, mesmo que fosse somente com o jovem casal.

Após muitos telefonemas marcando e desmarcando o encontro7, fui recebida por Juliana que muito delicadamente sugeriu iniciar a entrevista com Rick, dizendo que ele deveria sair para um compromisso, mas que ela estaria disponível a tarde toda. Afirmei que não me estenderia, esclarecendo em seguida, mais detalhadamente, a respeito do que se tratava meu trabalho. A conversa foi se desenvolvendo e Rick acabou ficando até o final da conversa.

O casal voltou do exterior após realizar curso de pós-graduação e de especialização em suas respectivas áreas de atuação profissional, mas não

[7] Para marcar entrevistas deixo sempre o informante à vontade para decidir o melhor momento do encontro, pois acredito que "forçar a barra" pode, já de antemão, criar algum tipo de antipatia entre o pesquisador (a) e as pessoas entrevistadas.

conseguiu se inserir imediatamente no mercado de trabalho. Sem nenhum tipo de remuneração, eles tiveram que morar com o pai de Juliana, sua segunda esposa e as duas filhas pequenas do casal. A família, proprietária de grande imóvel na zona sul do Rio de Janeiro, cedeu ao jovem casal o terceiro andar da casa. Embora parecesse ser uma ótima opção, pois teriam certa privacidade, Juliana e Rick logo começaram a ter problemas com o pai dela.

Durante essa entrevista ambos estavam tão empenhados em expor sua experiência que pouco precisei direcionar a conversa, concentrando-me mais em explorar os problemas e pontos-de-vista. A voz aos interlocutores estava mais do que dada, e assim, eles foram narrando e refletindo ao mesmo tempo sobre todos os acontecimentos da recoabitação.

Todo pesquisador (a) está sujeito aos “imponderáveis” da pesquisa e deve tentar retomar o controle da situação. Juliana e Rick, ao comentarem sobre os conflitos ocorridos durante a recoabitação, iniciaram uma pequena discussão, pois Juliana fez um comentário a respeito do comportamento de Rick durante aquele processo que a tinha magoado. Rick retrucou dizendo que ela nunca havia comentado nada a respeito até então. A situação já se agravava e decidi falar sobre um outro assunto. Aquele desconforto demonstrou que, embora as representações do casal sobre o casamento apontavam para a preservação da individualidade, Juliana cobrava do marido uma postura mais tradicional diante de seu pai, como por exemplo, sua participação nas refeições da família e que evitasse voltar tarde para casa, nos dias em que saia sozinho para se divertir.

Na quarta família, a de Patrícia (33 anos, desempregada) o método de pesquisa consistiu em várias conversas informais em diferentes momentos. A

mesma dinâmica estabeleci com sua sogra Maria de Lourdes (52 anos, aposentada) e seu marido Márcio (32 anos, garçom), este último apenas entrevistei uma vez. Nossa aproximação se deu espontaneamente, pois a filha do casal, Eduarda (3 anos), estudava na mesma sala que meu filho. Durante as esperas no pátio da escola, fui me aproximando de Patrícia e Maria de Lourdes que, se revezavam para buscar e levar a criança. Dada a proximidade geracional, Patrícia, embora mais recatada, foi quem primeiro começou a falar da sua vida familiar. Maria de Lourdes, aos poucos começou a tecer ligeiros comentários a respeito da educação da neta, sempre em tom de crítica à nora e quando esta estava ausente. Por muitas vezes senti certo desconforto diante de Maria de Lourdes que sempre pedia minha opinião, não porque soubesse da minha pesquisa e me considerasse uma “especialista” sobre família, psicóloga ou coisa parecida como observei em outras famílias, mas por desejar descobrir “de que lado” eu estava. Temendo que minhas respostas pudessem interferir no rumo da conversa, procurava me restringir a respostas tais como “é muito difícil”, “entendo você”, pois temia que se instaurasse uma cumplicidade prejudicial para minha relação com sua nora, informante potencial.

Tudo começou quando Patrícia e Márcio decidiram, após o nascimento de Eduarda, vender a casa própria, situada em outro município do Rio de Janeiro, para abrir um restaurante no nordeste, onde mora a família de Patrícia. Não foram bem sucedidos, perderam todo o investimento e, desiludidos com o lugar, voltaram para o Rio de Janeiro, indo morar com a família de Márcio, em bairro da zona sul. Nesta moradia vivem: sua mãe Maria de Lourdes e seu segundo marido, o filho mais velho dela e seu enteado. O apartamento é cedido pela empresa onde o marido de Maria de Lourdes trabalha, composto

de três quartos, sala e dependências. Patrícia, Márcio e a filha dividem o quarto maior com o irmão mais velho, que já dormia ali antes do retorno do casal.

Já informada por Patrícia que se tratava de uma recoabitação, bastante animada comentei com ela que estava, exatamente, fazendo um estudo sobre jovens casais que tivessem voltado a morar com os pais de um dos cônjuges. Certo dia, durante uma festa de aniversário infantil, fora da escola, após ter feito algumas perguntas a Márcio, sugeri uma entrevista com toda a família, mas ambos demonstraram certo desconforto alegando que seria difícil organizar o encontro porque Maria de Lourdes viajava muito. Embora tivesse alguma entrada com a sogra, diante do comportamento do casal, decidi não insistir na entrevista conjunta, pois percebi que provocaria constrangimentos entre eles. Ao longo dos nossos encontros procurei direcionar as conversas com o objetivo de tentar compreender a dinâmica daquelas relações familiares, principalmente aprofundando na questão do conflito, tão evidente entre eles.

Quinta família: a de Antônio (41 anos, museólogo), que tomou conhecimento de minha pesquisa nos bate-papos dos corredores da universidade. Identificando-se como “objeto” do meu estudo, não hesitou em aceitar participar da pesquisa, pois no início da década de 90 ele e sua mulher Neide (39 anos, museóloga) haviam morado com seus pais. Passado alguns dias do nosso acerto, Antônio esclareceu que Neide não somente se recusou a conceder a entrevistada como proibiu Antônio que deixasse sua mãe dar qualquer depoimento. A reação de Neide - e tanto eu como Antônio concordamos nesse ponto - já é em si um dado para análise, entretanto, mais enriquecedor foi a própria declaração de Antônio, que alegou ter se surpreendido com o comportamento avesso da mulher. Ele não sabia que as

questões conflituosas da recoabitação tinham sido tão traumáticas para ela. Ao refletir sobre o estarrecimento de Antônio pude notar que entre parentes por consangüinidade as tensões são mais facilmente dissolvidas, mas para os parentes por aliança alguns eventos da relação familiar são tão marcadamente dramáticos que, para alguns, é impossível esquecer e rememorar.

A recoabitação de Antônio e Neide se deu de forma diferenciada das outras recoabitações, configurando-se como um caso atípico. Antônio morava com os pais quando estes se divorciaram. A mãe de Antônio (Sra. Alaíde, 72 anos, aposentada) foi morar em outro apartamento da família. Alguns meses após o divórcio Antônio começou a namorar Neide, que veio morar com ele e seu pai (Sr. João, *in memorian*). Sr. João, na época, era representante de vendas e passava muito tempo fora de casa. Com a chegada de Neide, ele decidiu mudar-se para um apart-hotel, deixando o casal sozinho no apartamento de três quartos e dependências, situado em bairro da zona sul do Rio de Janeiro. Pouco depois da saída de Sr. João, a Sra. Alaíde decidiu voltar para o antigo endereço e embora encontrasse o filho já casado, retomou seu lugar de “dona” da casa. Segundo Antônio, “Neide já estava situada quando ela voltou” e as disputas “territoriais” geraram os conflitos entre elas. O casal, então, perdeu o estatuto de “donos da casa” ainda que não tivessem independência financeira, pois mesmo quando estavam sozinhos, face ao desemprego de Neide e a baixa remuneração de Antônio, eles recebia ajuda de suas famílias.

Durante a entrevista com Antônio, observei que ele parecia ter uma preocupação em dar um depoimento mais distanciado sobre a sua experiência familiar. Assim, entre uma informação e outra, Antônio tecia alguns

comentários sobre a recoabitação. A entrevista de Antônio contribui muito para a análise a respeito das relações entre parentes por aliança e a reflexão sobre a figura do mediador nos conflitos familiares.

Sexta família: Ana Luzia (33 anos, auxiliar de enfermagem) decidiu dar seu depoimento individualmente. Seus horários de trabalho e o curso superior não favoreciam a reunião com toda família. Considerando que seu relato poderia enriquecer a pesquisa, pois a recoabitação trouxe sérias mudanças para sua vida conjugal, concordei em encontrá-la, segundo sua disponibilidade, numa tarde na faculdade que freqüenta.

Ana Luzia e Marcelo (33 anos, segurança), casaram-se e foram morar num apartamento de dois quartos, alugado, em bairro da zona norte do Rio de Janeiro. Ana Luzia recebia uma ótima remuneração e Marcelo complementava o pagamento das despesas da casa. Marcelo ficou desempregado e, embora Ana Luzia tivesse condição de manter a casa, ela queria fazer um curso superior. Para tal, deveria abandonar um de seus empregos, o que diminuiria consideravelmente seu salário. Com a decisão de investir na carreira profissional, a diminuição da renda de ambos levava, conseqüentemente, à queda do poder aquisitivo do casal e a impossibilidade de morarem independentes. Diante das dificuldades, a mãe de Ana Luzia os convidou para morar na sua casa. O casal investiu na construção de uma suíte no andar superior da casa de propriedade da família: embaixo moravam os pais, dois irmãos (um solteiro e outro separado) a irmã com o filho pequeno. Segundo Ana Luzia a casa é muito ampla com três quartos, copa, cozinha, quintal e terraço, além do cômodo que construíram.

Ana Luzia, por me conhecer a algum tempo já que temos amigos em comum, sentiu-se muito à vontade durante a entrevista. Muito falante não hesitou em tratar dos assuntos mais íntimos de seu casamento, valores de salários e menos ainda sobre os problemas que envolveram toda sua família durante a recoabitação. Percebi, assim que não havia limite na entrevista entre as dimensões pública e privada da vida de Ana Luzia e que poderia explorar seu depoimento até as últimas conseqüências. No entanto, seu relato, por ser muito comprometido com suas convicções, parecia muito parcial, completamente diferente da entrevista de Antônio. Quanto mais Ana Luzia falava, mais eu sentia vontade de ouvir sua família e seu marido. Infelizmente não houve tempo hábil para marcar novas entrevistas individuais, mas algumas respostas sobre comportamentos intra-familiares foram importantes para compreender a dinâmica na recoabitação desta família.

Os enfrentamentos metodológicos dão o tom certo para o controle da subjetividade na pesquisa. Sistematizar os problemas enfrentados é um dos caminhos para tornar o trabalho mais científico menos panfletário. Tenho consciência de que esta pesquisa é somente uma visão sobre os fenômenos abordados, uma “experiência comunicada (...) filtrada e interpretada pelo autor que relata” (Nunes, 1978:15). A realidade é apreendida de formas diferentes, de acordo com a comunidade interpretativa a qual pertence o pesquisador (a), leia-se aí origem social, tipo de formação, orientação teórica, posição ideológica (Velho, 1978:41). Entretanto, ao menos aproximadamente, e não definitivamente, o pesquisador (a) divulga um conjunto de fenômenos da vida social, que poderão ser discutidos, testados e reavaliados por outros (as)

pesquisadores (as), pois é o diálogo no âmbito da ciência que o conhecimento e a pesquisa podem avançar.

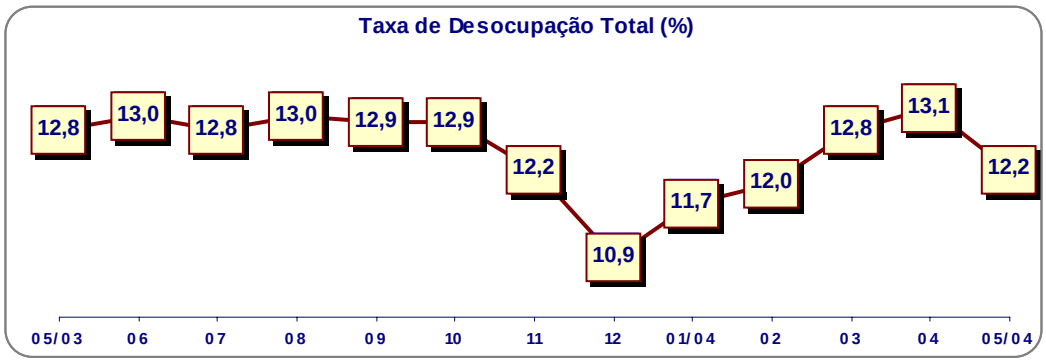
3. O IMPACTO DO DESEMPREGO NA FAMÍLIA

Os anos noventa se caracterizaram como um dos períodos de grandes mudanças da história econômica brasileira, pois o país abandonou a política econômica de controle estrito do fluxo de comércio e de capitais internacionais, optando por políticas neoliberais de redução da proteção comercial, liberalização dos fluxos de capitais e intenso processo de privatização, retirando do Estado o seu papel de produtor de bens e serviços. Tais mudanças estruturais repercutiram no ritmo do crescimento da economia, gerando uma forte recessão entre 1990 e 1992 e conseqüente redução do nível de atividade e aumento da taxa de desemprego. No ano seguinte, e até 1997, o Brasil recuperou o crescimento da economia, interrompido em meados de 1998 com o advento da crise asiática e da crise financeira internacional.

As crises econômicas internacionais que se estenderam até a passagem do século, refletiram diretamente na economia brasileira e, assim, no desempenho do seu mercado de trabalho, ocasionando uma redução do nível de emprego industrial e o aumento da proporção de trabalhadores informais. Contribuiu, ainda, para o crescimento da economia informal a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho que tornaram muitos trabalhadores “desqualificados”. Como a maior parte destes trabalhadores não foi absorvida pelos outros setores da economia, como o comércio e serviços, as taxas de desemprego aumentaram muito a partir de 1998.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE[8] a taxa de desocupação[9] atingiu, em abril de 2004, seu maior recorde, chegando a 13,1%. Não há uma variação significativa se comparada ao ano anterior, com exceção do mês de dezembro de 2004, quando a taxa caiu para 10, 9%; período onde ocorre um aumento na oferta de trabalhos temporários.

O gráfico a seguir mostra a série histórica da taxa de desocupação, de maio de 2003 a maio de 2004, para o total das seis Regiões Metropolitanas abrangidas pela pesquisa.

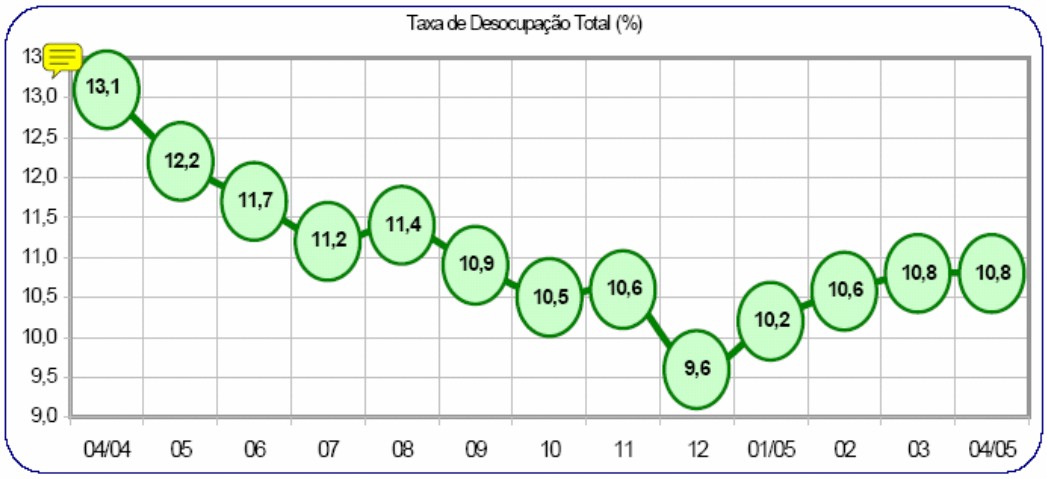


Entretanto, conforme demonstra o gráfico abaixo, observamos uma queda nas taxas de desocupação, totalizando um declínio de 2,3 pontos percentuais nos meses de abril de 2004 e abril de 2005 (13,1% e 10,8 respectivamente). No Rio de Janeiro, a taxa caiu de 10,7% para 8,6% nos meses citados.

---

[8] Fonte: site do IBGE. http://www.ibge.gov.br/

[9] A metodologia adotada pela PME considera como pessoas desocupadas aquelas em idade economicamente ativa, que não estavam trabalhando ou estavam disponíveis para trabalhar e tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos últimos 30 dias anteriores a semana que responderam a pesquisa.



A pesquisa do IBGE também mostrou que, a nível nacional, houve um aumento de 0,8% no rendimento médio das pessoas ocupadas. Em abril de 2005, a renda média real foi estimada em R$ 938,70, e em igual período de 2004, R$ 931,00.

Embora os índices de desocupação em 2005 indiquem uma continuidade da trajetória de mudança de patamar deste indicador, o desemprego ainda é alarmante; e mais assustador se torna quando observamos que mais de 270 mil pessoas desempregadas completaram o ensino médio. Dentre elas, os jovens são maioria.

Crise econômica, desemprego e baixos salários refletem diretamente na organização familiar, particularmente nas relações entre pais e filhos adultos, pois, considerando que as políticas sociais brasileiras de amparo ao desemprego são precárias e ineficazes, cabe fundamentalmente à família desempenhar o papel de suporte central dos sujeitos (Peixoto e Bozon, 2001). Neste sentido, ainda que possa parecer, o desemprego não é um problema exclusivamente individual. Ele envolve as pessoas próximas àqueles que se encontram sem trabalho, durante curto ou longo período, afetando particularmente as relações familiares.

Dentre os efeitos do desemprego no grupo doméstico, o mais imediato e o primeiro a ser notado é a perda do poder de consumo, ocasionado pela diminuição da renda familiar. Entretanto, numa análise mais minuciosa, percebemos que o impacto material do desemprego provoca uma outra gama de problemas geradora de tensões na família. São os efeitos emocionais que afetam as relações familiares.

O suporte familiar sobre os efeitos do desemprego é fundamental para que os indivíduos possam atravessar esse período. Não obstante, a respeito dos apoios familiares, vale ressaltar que a condição do filho em desocupação, que nunca saiu da casa dos pais e conta ainda com seu apoio financeiro é bem diferente do filho desempregado, chefe de família, que passa a necessitar da ajuda familiar durante o período de desemprego. Segundo M. D. Guerreiro há três dimensões sociais que marcam a entrada dos jovens na vida adulta. São elas a escola, o emprego e a vida conjugal. A autora assinala que,

> Quanto à escolaridade, pressupõe-se que a entrada na vida adulta esteja associada ao fim do percurso de escolarização, pelo menos na sua primeira seqüência. Relativamente à esfera profissional, é suposto que este processo esteja associado à inserção regular na vida ativa e, no domínio da família, a suposição é a de que se sai de casa dos pais e se constitui uma vida pessoal autônoma, em geral com formação de uma nova unidade familiar (1998:121)

Os apoios aos filhos adultos dependentes que nunca saíram da casa paterna, ainda que considerem que “morar na casa dos pais é algo penoso de se viver” (Villeneuve-Gokalp, 2000 *apud* Letrait, 2002:102) são, por vezes, percebidos por pais e filhos como um investimento, para que possam alcançar

posições melhores no mercado de trabalho. Quando os filhos se tornam autônomos e os apoios encerram-se, as ajudas familiares tomam outro sentido. As ajudas financeiras passam a ser vistas pelos filhos como um apoio, por vezes dispensável, e não mais o suporte principal. Assim, o dever familiar de sustentar os jovens em fase escolar ou iniciando uma carreira tem um peso menor do que a obrigação de manter os filhos desempregados e sua família, pois não se espera que na vida adulta, os filhos dependam novamente de seus pais, principalmente os filhos homens.

Neste sentido, a distribuição da ajuda familiar pode ser diferenciada, "não tendo a mesma significação em função da posição no ciclo geracional, do sexo, da qualificação e da duração do desemprego" (Minonzio, 2000:38).

Os apoios também se diferenciam segundo as camadas sociais. Para camadas altas e médias, a solidariedade se reveste em apoios para "promoção social", enquanto que nas camadas populares, para a "subsistência" de seus membros; modelos aplicáveis em sociedades com forte desigualdade social. (Pitrou, 1992 *apud*. Peixoto, 2005). Assim,

> (...) as doações, empréstimos, serviços, relações e herança contribuem à ascensão rápida e brilhante dos filhos (efeito promoção social), nas camadas menos favorecidas a solidariedade familiar implicaria em apoios emergenciais, sobretudo, nos casos de doenças e de desemprego ou, ainda, nos inúmeros serviços prestados que não demandam uma ajuda financeira de grande monta, mas que permitem dar conta das necessidades cotidianas de sobrevivência. (Peixoto, 2005)

Diria que, atualmente, no Brasil, os problemas econômicos que vêm atingindo as camadas médias, colaboraram para que estas incorporassem também nas suas trocas os apoios de “subsistência”.

De todo modo, na solidariedade intergeracional há certa inversão na relação da ordem das ajudas, pois com desemprego os filhos casados passam a depender novamente de seus pais. O sentido do apoio familiar que lhes é dado, contudo, muitas vezes é carregado de certos constrangimentos. O depoimento de Antônio é muito significativo:

> Foi um período curto [a recoabitação], mas muito complicado. Eu sofria muito porque, principalmente, ficava na obrigação de homem de ter que sustentar a mulher. A gente não tem esses papéis, mas quem se sentia pior era eu porque ficava me sentindo impotente por constituir um casamento naquela situação financeira. Eu era o homem. Por mais que você não seja um homem tradicional - e eu não sou, não acho que tenha obrigação nenhuma de sustentar a mulher - você se sente... Ruim à beça... Eu pensava: dependo da minha mãe pra morar junto. Eu me sentia mal no papel de provedor (museólogo, 41 anos).

Já Ana Luzia (assistente de enfermagem, 33 anos) declara que, embora estivesse colaborando com algumas despesas na casa, como o pagamento de luz e água a sensação era de que “estava ali de favor” e que tinha “consciência de que estava dentro da casa da mãe dela”. Para os filhos, ao iniciarem a vida adulta, os vínculos com a casa materna se modificam e eles têm a expectativa de que não dependam mais das ajudas dos pais.

Percebe-se no universo investigado, que o desemprego dos jovens casais é momento de grande constrangimento face à recorrência aos apoios

materiais e afetivos que demandam da família. [10] O que me interessa, aqui, é investigar: Quais as conseqüências do desemprego no orçamento familiar e em que recorrem aos pais e parentes? Que formas de ajuda são demandadas e oferecidas? Pode o desemprego ter um impacto nas relações conjugais fragilizando os casais? E ainda, a família pode contar com as ajudas públicas, tendo o Estado um papel importante no suporte aos sujeitos?

3.1 EFEITOS DO DESEMPREGO: PERDA DO PODER AQUISITIVO E TRANSFERÊNCIAS MATERIAIS DE PAIS PARA FILHOS

Segundo G. Nezosi, o consumo é um dos aspectos mais estudados na relação entre família e desemprego. A partir dos trabalhos realizados por N. Herpin sobre a conseqüência do desemprego no consumo dos lares de camadas populares francesas, publicado em 1992, G. Nezosi observa que, na França, as famílias reorganizam sua estrutura orçamentária face ao desemprego, utilizando a margem de manobra que dispõem em certos itens orçamentários. Neste sentido, mesmo que N. Herpin tenha sinalizado, na comparação entre lares com desempregados e lares sem desempregados que, a despesa com alimentação é um item que não varia muito de um grupo para outro (23,1% para 24% respectivamente), na família com desempregados, despesas como aluguel e energia são mais prioritárias do que as despesas com transporte e comunicação (2000:6).

Esta elasticidade orçamentária pode ser notada também, entre as famílias de camadas médias cariocas. Observamos, no universo pesquisado,

[10] C. Peixoto (2004), analisou esta questão sobre o ponto de vista dos aposentados que retorna ao trabalho e as ajudas aos filhos desempregados.

que o benefício “vale-transporte” recebido por aqueles que estão em atividade plena é revertido em moeda corrente para contribuir nas despesas com alimentação. Alguns supermercados e mercearias de bairro assim como bares e lanchonetes aceitam o “vale transporte” como forma de pagamento. O poder de troca desse benefício estimulou o aparecimento de locais de câmbio clandestinos, onde ele é vendido a juros de 15% ou 20%.

G. Nezosi assinala que:

> (...) o desemprego tem incidências fortes sobre o consumo. Os orçamentos dos lares são reconsiderados em função da queda de renda. As despesas imprescindíveis [como aluguel] ocupam uma parte proporcionalmente muito mais importante, as arbitragens se fazem em detrimento das despesas julgadas menos necessárias. Apesar desses ajustes o desemprego permanece [sendo] um período difícil. Tanto mais difícil quanto as dificuldades financeiras fixas, o pagamento de dívidas contraídas, por exemplo, não se interrompe com a perda do desemprego. Para além das famílias trabalhadoras, o desemprego é uma das razões maiores do sobreendividamento dos lares, e, sobretudo, de seu empobrecimento. (2000:7)

Neste sentido, o desemprego provoca ajustes no orçamento que afetam o comportamento de consumo da família e a priorização de certos gastos sobre outros. Embora N. G. Souilamas aponte o aluguel como a primeira despesa a ser cortada no orçamento dos desempregados (Guénif, 1994 *apud* Nezosi, 2000:16), as entrevistas com as famílias cariocas demonstraram que os primeiros gastos cortados no orçamento familiar são telefone e internet, seguidos dos gastos com laser e vestuário. O aluguel, como nas famílias francesas, é também um item que se procura manter na despesa familiar,

sendo o último a ser cortado. Quando a crise é muito forte, dado o prolongamento do desemprego, as conseqüências podem ser penalizantes para a família, incapacitando-a de assegurar a mordia independente.

O desemprego tem, neste sentido, efeitos perniciosos que afetam a organização material da família, gerando inúmeras perdas. Quando os jovens casais não conseguem manter o mesmo padrão mínimo de consumo, as famílias de origem são chamadas a socorrer e, para eles, a mais dramática de todas as perdas é a destituição da moradia e o retorno à casa paterna ou materna. Ana Luzia voltou a morar na casa de seus pais. Assim ela explica como foi esse processo:

> Quando nós casamos, Marcelo (33 anos) trabalhava numa agência de viagens e eu em três hospitais públicos. Nós pagávamos aluguel e gastávamos em torno de mil reais só para morar. Eu larguei um dos meus empregos porque queria ter mais tempo para fazer faculdade, aí nossa renda diminuiu muito. Pouco depois Marcelo perdeu o emprego e minha mãe convidou a gente para morar com eles. (auxiliar de enfermagem, 33 anos)

A família brasileira é atingida diretamente pelas crises econômicas, pois o crescimento das taxas de desemprego tem causado o retorno dos filhos casados ao núcleo familiar de origem, em caráter provisório e, por vezes, definitivo. Tal fenômeno, antes percebido principalmente nas camadas populares face às precárias políticas habitacionais de atendimento a esse segmento social[11], tem atingido cada vez mais as camadas médias da

[11] C. Peixoto observa que as gerações mais velhas foram favorecidas, em período de crescimento econômico, por programas governamentais de financiamento de casa própria, tendo assim mais chances de receber os filhos. Hoje, há uma queda significativa na aquisição de imóveis entre coortes mais jovens,

sociedade brasileira, que se depara com o desemprego dos seus filhos (jovens, adultos e casados), ainda que apresentem melhor qualificação profissional que os jovens pertencentes às camadas populares: o desemprego atinge todos os setores profissionais. Assim, como assinala C. Peixoto "(...) no Brasil, o desemprego e, sobretudo, os baixos salários impostos pela crise econômica são, sem dúvida, as mais fortes razões da recoabitação e das transferências materiais entre as gerações" (2004:78).

3.2 RETORNO À CASA DOS PAIS: RECOABITAÇÃO ENTRE AS GERAÇÕES

Segundos os dados da PNAD/IBGE há um aumento significativo, nos últimos 15 anos,12 do número de domicílios chefiados por pessoas de mais de 60 anos. A. A. Camarano esclarece que:

> É crescente a proporção de famílias que têm idosos como chefes e filhos morando juntos como, também, a de crianças menores de 14 anos morando em domicílios chefiados por outras pessoas que não seus pais. A proporção de filhos adultos (maiores de 21 anos) passou de 19,5% em 1981 para 21,6% em 1997. Isso pode ser devido ao efeito da crise econômica que leva os filhos a saírem de casa mais tarde e a retornarem depois de casados, sejam separados ou não. (1999: 42)

---

porque são poucos os programas sociais habitacionais, e as elevadas taxas de juros de financiamentos privados não favorecem a aquisição de imóveis, inclusive para as camadas médias. (2004:66)

[12] 59,6%; 60,4% e 63,2% respectivamente para os anos de 1981,1987 e 1997.

A autora ao analisar, partir dos dados do censo de 1991[13] identifica, ainda, que há uma participação significativa da renda dos mais velhos na composição da renda familiar. Neste sentido, embora a população de pessoas com mais de 60 anos tenha sido considerada, ao longo das ultimas décadas, como uma população de indivíduos "dependentes", hoje, não é mais possível associar envelhecimento à dependência financeira, pois como afirma a autora,

> (...) nas famílias brasileiras, as transferências geracionais têm assumido cada vez mais um caráter bidirecional, em face da conseqüência de freqüentes crises econômicas experienciadas pela população brasileira e que têm atingido mais a população jovem (1999:2).

P. Saad ratifica esta tendência, demonstrando que a co-habitação entre gerações, no caso do nordeste,[14] está mais associada às necessidades dos filhos adultos do que às necessidades de seus pais (1999: 252).

Hoje, no Brasil há certa inversão da representação de que os velhos dependem dos mais novos; indicativos ibegeanos demonstram que a renda média das pessoas de 60 anos ou mais é maior do que a dos jovens com menos de 30 anos. Talvez por isso, as gerações mais velhas são as que apresentam proporção mais elevada entre as pessoas que moram em casa própria. O desemprego dos jovens e a conseqüente dependência ocasionada

13 A autora toma este ano como data da última fonte de dados disponíveis e traça um perfil sócio-demográfico que garante certa representatividade das informações sobre as pessoas de mais de sessenta anos.

14 O autor trabalha com dados de São Paulo e Fortaleza por serem as únicas localidades que possuem questionários especiais apropriados à natureza desta análise, não encontrados nos censos demográficos e pesquisas nacionais.

por ele geram duas situações: a recoabitação familiar e, a inversão dos papéis familiares na qual os filhos adultos deixam de ser chefes de família e se tornam dependentes dos pais, muitas vezes já idosos**.** As pesquisas de P. Saad (2003), A. A. Camarano (2003) e C. Peixoto (2004), têm apontado para isso e são reconfirmadas pelas informações obtidas nesta pesquisa.

Diante da dependência econômica dos filhos casados**,** os pais são chamados a fornecer suporte material, antecipando e, de fato, substituindo o Estado nas ajudas públicas. Uma das estratégias criadas pelas famílias brasileiras para superar a crise do desemprego tem sido a recoabitação, na qual os pais acolhem os filhos casados e sua progenitura. Observa-se que novos arranjos familiares são criados para as situações onde vivem, pelo menos, três gerações: avós, pais e netos. Assim, segundo A. A. Camarano,

> Arranjos familiares são uma forma importante de transferência e suporte entre gerações. (...) No momento de enxugamento do papel do Estado, observa-se que tem cabido às famílias grande parte do cuidado com seus segmentos 'dependentes'. Esse cuidado se traduz em parte, pela co-residência, o que, em certas situações, beneficia as gerações mais novas, e em outras, as mais velhas (...) O fato de compartilhar o espaço físico possibilita o compartilhamento de renda, cuidados domésticos, das crianças, transporte, cuidados médicos, etc., ou seja, acredita-se que os arranjos familiares afetam e são afetados pelas condições de vida. (2003: 7-8)

A recoabitação gerada pelo desemprego dos filhos está associada à necessidade de manter as mesmas condições de vida, mas, principalmente, de garantir a sobrevivência daqueles em dificuldade, demonstrando que os

rearranjos dependem “do contexto socioeconômico, de políticas sociais e não apenas de características individuais e preferenciais” (*ibid*: 18).

O maior número de indivíduos vivendo numa mesma residência não significa o aumento da renda familiar. Como apontou C. Peixoto na pesquisa sobre o retorno dos aposentados ao trabalho, ela observa que a reinserção no mercado de trabalho, formal ou informal, é, para uns, conseqüência das baixas aposentadorias do precário sistema de previdência social, para outros, a oportunidade de preencher o vazio da inatividade e para a maioria, por solidariedade familiar através de transferências materiais aos filhos e netos. Diz a autora:

> (...) os apoios se manifestam através de reciprocidades múltiplas: apoio econômico, apoio para o pagamento de aluguel, intervenções na vida cotidiana, ajuda no cuidado dos netos, sendo que muitos pagam os estudos e ajudam na manutenção. (2004: 81).

Nesse sentido, a maior parte das pessoas entrevistadas demonstrou o desejo de retornar à moradia independente e reconstituir sua família conjugal.

Iranir, (dona de casa, 44 anos) e o marido Miguel (funcionário da marinha, 47 anos), ficaram desempregados e se viram obrigados a mudar para a casa dos pais dela, com as duas filhas.[15] Essa recoabitação perdura há 10 anos, pois até hoje somente Miguel conseguiu retomar o trabalho; sua renda, entretanto, não é suficiente para arcar, sozinho, com os gastos familiares. Com isso, os pais de Iranir, Sr. Angelo, (aposentado, 86 anos) e Dona Deusa,

[15] Em apartamento de sala, quarto e jardim de inverno. Distribuição de cômodos: Iranir e Miguel adaptaram o jardim de inverno, transformando-o num pequeno quarto com sofá-cama; as netas, quando pequenas, dormiam no quarto com os avós, atualmente revezam-se para dormir na sala.

(aposentada, 80 anos), que recebiam aposentadorias superiores a cinco salários mínimos, passaram a ser os principais provedores das duas famílias e responsáveis por 75% da renda da família. Com o recente falecimento de Sr. Angelo, Dona Deusa, recebendo a pensão do marido, continua responsável por grande parte das despesas da casa.

Embora Iranir e Miguel fiquem expostos “a todo som da casa”, são as filhas Fernanda (estudante, 17 anos) e Mariana (estudante, 14 anos) juntamente com Dona Deusa, que mais desejam privacidade. Dona Deusa se incomoda com a presença das amigas de Fernanda e Mariana que, além do som alto e das conversas barulhentas entre as adolescentes tem que dividir o quarto com as visitas (amigas das netas) quando estas vêm dormir na sua casa. Fernanda explica que está preferindo dormir na sala “para usar o computador à vontade e não atrapalhar o sono de ninguém”, porém, gostaria de ter seu próprio quarto. Apesar de sonharem com espaço, Iranir e Miguel não pensam mais em morar noutro lugar.

A recoabitação que, a princípio, era uma solução provisória, diante dos baixos salários oferecidos nestes anos de crise econômica, não permitiu a independência financeira do casal, se tornando uma solução permanente de ajuda familiar.

A “redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e [a] maior subconcentração de trabalhadores temporários (...)”, (Mattoso, 1993 *apud* Singer, 2003:25), tem como conseqüência a permanência por mais tempo, do que pretendiam, na casa paterna. Juliana (jornalista desempregada, 28 anos), mesmo trabalhando como vendedora temporária e com o marido já empregado, esclarece que “a idéia era só a gente se

reestruturar; a gente achou que ficaria no máximo três meses, mas acabou ficando seis". Ana Luzia (assistente de enfermagem, 33 anos) e Marcelo (desenhista, atualmente trabalhando como segurança, 33 anos) decidiram morar com a família dela durante o curso universitário de enfermagem ou enquanto o marido não encontrasse um trabalho bem remunerado; embora Marcelo tenha se empregado a recoabitação já dura três anos.

Alguns casais entrevistados que se reinseriram no mercado de trabalho, formal ou informal, e conseguiram recompor sua moradia, continuaram, ainda assim, retornando à casa paterna ou materna, durante alguns períodos, pois necessitavam de algum tipo de apoio familiar. Singer assinala que

> Talvez melhor do que a palavra "desemprego", precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo. Os novos postos de trabalho que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham oferecendo. (2003:24)

Na família de Marilza (vendedora, 54 anos), por exemplo, sua filha Fabiana (desempregada, 27 anos) já se mudou com a família para sua própria moradia, contudo, eles sempre voltam quando as dificuldades aumentam. O genro André (vendedor, 29 anos) trabalhava na parte administrativa de uma empresa quando foi demitido. Voltou-se para o ramo de vendas, trabalhando como vendedor autônomo e atuando em vários ramos (material de limpeza, construção e feira de Itaipava). André esclarece que gostaria de fazer um curso de nível superior para,

> (...) melhorar profissionalmente, ganhar mais dinheiro, principalmente pela Lia [filha de 3 anos]. Por exemplo, ela quebrou os pés e lá em casa não tem telefone, então é melhor a gente ficar aqui [casa da sogra]. Vira e mexe tem horas que a gente fica mais aqui do que em casa.

O apoio de que necessitavam Antônio (museólogo, 41 anos) e Neide (museóloga, 39 anos) era de outra natureza, pois, segundo ele, o “padrão de vida muito simples” permitia que conseguissem se manter. O casal foi morar num apartamento próprio pertencente à família de Antônio, situado à zona oeste da cidade. Como era distante e estudavam à noite numa faculdade na zona sul, muitas vezes dormiam na casa mãe dele. Costumavam também, voltar para passar os finais de semana. Ou seja, passavam mais tempo na casa da mãe de Antônio do que no seu próprio apartamento.

Diante da premência da recoabitação, a família busca organizar-se na convivência cotidiana entre as gerações, com vistas a evitar os variados conflitos gerados pela dinâmica doméstica. O desemprego e a instabilidade profissional provocam um estreitamento nas relações familiares e indicam que a família tem um lugar central no suporte de seus membros, que se traduz, nesse caso, no apoio moral e financeiro dos pais aos seus filhos.

3.3 AJUDAS PÚBLICAS X AJUDAS PRIVADAS NAS SITUAÇÕES DE DESEMPREGO

A solidariedade familiar é mais acionada em sociedades cujo desengajamento do Estado é maior. Isso não significa que em sociedades com

fortes políticas públicas, as responsabilidades dos indivíduos para com as suas famílias sejam nulas. O Estado fornecer os meios de suporte, entretanto, as solidariedades familiares compõem um elemento a mais nas políticas familiares destes Estados.

Nos países europeus, desde o final do século XX, vem ocorrendo uma redefinição da divisão das responsabilidades entre a família e o Estado, ocasionada pelo declínio do Estado-providência (Cicchelli-Pugeault, Cicchelli, 1998:88). Em países com fortes políticas sociais voltadas para a família como França e Escandinávia, as ajudas privadas (familiares) são apenas um complemento às ajudas públicas (Attias-Donfut, 2001). Em Portugal, na Grande Lisboa, se constatou que a solução socioeducativa para a guarda das crianças é, preferencialmente, acionada no lugar de "soluções de tipo familiar". A oferta de equipamentos públicos tais como infantários, creches ou jardins de infância substituem os recursos familiares como os cuidados dos avós e outros parentes. As soluções familiares, portanto, são apenas uma solução possível e não a mais freqüente. (Torres *et alli*, 2004: 91-93).

Neste sentido, as solidariedades familiares podem ser de outra natureza, na medida em que sua função, sua regulação e seus efeitos sociais são diferentes das ajudas dispensadas pelo governo (Déchaux *apud* Cicchelli Pugeault, Cicchelli, 1998:89). Assim, elas se apresentam, por exemplo, na forma de presentes ou ajudas que irão colaborar para a formação profissional dos filhos e netos. Como bem esclarece C. Peixoto:

> Na França, a ajuda (...) se dá principalmente através da compra de livros, do pagamento de cursos suplementares e de atividades culturais, além de viagens e colônias de férias (...)

> doações e os empréstimos de dinheiros, ou mesmo os presentes caros – videocassete, computador, bicicleta, etc. - solicitados pelos netos no aniversário e no natal (...) (Peixoto, 2000:107, 109).

A França é um dos países da Europa que tem um forte Estado-Providência, ainda que se discuta até que ponto as prestações familiares estejam perto de compensar os encargos e despesas da família. Para H. Brin, as políticas familiares não devem se resumir "à legislação relativa às prestações familiares nem mesmo à política de compensação dos encargos que compreendem as prestações, fiscalização e equipamentos." (1994:59). Elas devem ser amplas e envolver todas as modalidades de acomodação e bem estar social dos indivíduos na família, ou seja, devem incentivar o emprego, garantir a saúde e a educação, bem como a habitação.

No Brasil, as políticas familiares são ainda precárias e algumas pequenas manifestações de solidariedade pública são geradas e aplicadas através de programas de transferência de renda, no âmbito da área social, direcionados à família. São as chamadas políticas compensatórias para o combate à miséria extrema. São ajudas insuficientes como o Bolsa Família[16] e o Cheque Cidadão[17]. O primeiro tem como objetivo combater a miséria e a exclusão social bem como promover a emancipação das famílias; o segundo

16 Criado em 2004, o Governo Federal concede às famílias consideradas na linha da extrema pobreza, dois tipos de benefícios que podem ser acumulados, totalizando R$ 95,00. O benefício básico (R$ 50,00), independente da composição e número de membros; o benefício variável (R$ 15,00 por pessoa, até o teto de R$45,00) para famílias compostas por gestantes, nutrizes ou que tiver sob sua responsabilidade crianças entre 0 e 12 anos e adolescentes até 15 anos. Nestes casos, o benefício variável é condicionado ao cumprimento do exame pré-natal, acompanhamento nutricional, acompanhamento de saúde e freqüência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular.

17 O Governo do Estado do Rio de Janeiro distribui cheques no valor de R$100,00 para famílias de comunidades carentes, selecionadas em Igrejas Evangélicas e Associações de Moradores destas comunidades. Criado em 1999, o programa tem por critério atender famílias cuja renda máxima por pessoa seja de 1/3 do salário mínimo, com filhos até 14 anos e que estejam matriculados na escola e com carteira de vacinação em dia.

muito manipulado pela máquina eleitoral, justifica-se como uma contribuição na renda familiar que deverá ser revertida para a compra de alimentos. No âmbito Estadual incluem-se também os programas Restaurante Popular[18] e Farmácia Popular Vital Brazil.[19] É importante destacar que esses programas estão voltados para as camadas populares com fins de erradicação da miséria e não atingem todas as famílias pobres. Não há, ainda, uma política familiar global que contemple as necessidades básicas e interesses da família tais como alimentação, saúde, moradia, educação e guarda das crianças em creches públicas, extensivos a todas as camadas sociais. Embora as camadas médias da sociedade não se situem na linha da pobreza, existe essa mesma demanda de necessidades básicas entre famílias que são afetadas pelo desemprego, pois o seguro desemprego é precário: ele oferece até o máximo de cinco parcelas de auxílio para quem trabalhou com carteira assinada durante mais de doze meses. A PME divulga os períodos de desemprego superiores a 12 meses.

Podemos observar que, no Brasil, na ausência de políticas familiares e de solidariedades públicas eficazes e abrangentes, os indivíduos não podem contar com o Estado e recorrem às redes de solidariedades mais tradicionais como a família ou a vizinhança, principalmente para a guarda dos filhos.

Na recoabitação “os apoios se manifestam através de reciprocidades múltiplas: apoio econômico, apoio para o pagamento de aluguel, intervenções na vida cotidiana, ajuda no cuidado dos netos [e sobrinhos], sendo que muitos

---

[18]Criado em 1999, o programa Restaurante Popular faz parte da política de segurança alimentar desenvolvida pelo governo do Estado do Rio de janeiro e tem o objetivo de combater a fome e a desnutrição da população fluminense, vendendo refeições a R$ 1,00.

[19] Criada em 2004, implantada e coordenada pelo Instituto Vital Brazil, vende medicamentos e produtos geriátricos a R$1, 00.

pagam os estudos e ajudam na manutenção". (Peixoto, 2004:81). Um apoio frequentemente observado é o de se recorrer à rede social familiar para indicar ou mesmo inserir o membro da família desempregado no mercado de trabalho, principalmente no Brasil, país onde as relações pessoais têm enorme importância, como assinalou R. Da Matta[20]. Focalizando nas relações familiares Minonzio observa que,

> A família pode igualmente ser um meio de luta contra o desemprego pelas possibilidades de acesso que ela pode representar. A rede de parentesco é uma fonte de emprego em potencial mas igualmente um vetor de difusão de informação sobre o mercado de trabalho, suscetível de orientar as procuras do desempregado. A análise deste tipo de ajuda mostra que é preciso levar em conta neste caso menos a família restrita que a família ampla (...) Este exemplo ilustra igualmente os limites estruturais da ajuda direcionada pela família dos desempregados. (2000:40)

Portanto, parentes por aliança não são ignorados na procura por um emprego. Na família de Ana Luzia (assistente de enfermagem, 33 anos), seu marido voltou a trabalhar porque sua mãe recorreu aos amigos, e Marcelo (33 anos, desenhista desempregado) foi admitido como supervisor numa empresa privada de transporte de documentação. Como nota M. Granovetter, quando se trata de acionar a rede de relações, o nível de qualificação e o capital humano não são os únicos elementos considerados no acesso ao mercado de trabalho, posto que o capital social torna-se preponderante. (Granovetter, 1974 *apud* Minonzio, 2000:41).

[20] Carnavais, Malandros e Heróis, 1981.

A ajuda familiar na procura de emprego revela a preocupação da geração mais velha com a instabilidade profissional dos filhos. No retorno à casa dos pais, os apoios também podem se manifestar através do pagamento de cursos preparatórios para concursos públicos e taxa de inscrições, bem como conselhos profissionais.

O que observo nas famílias estudadas é que o retorno dos filhos casados ao à casa familiar, em caráter provisório ou definitivo, introduz um novo elemento na organização da família, provocando maior proximidade entre as gerações, mas também conflitos, pois nesse processo de recoabitação estão envolvidos, pelo menos, três gerações: avós, pais e netos.

Tal fenômeno é mais observado nas camadas populares por questões ligadas às precárias políticas habitacionais de atendimento a esse segmento social, está se manifestando e se ampliando cada vez mais entre as camadas médias da sociedade brasileira, e tem no desemprego a causa maior dessa reorganização da vida familiar.

Em países onde vigoram políticas trabalhistas com forte amparo ao desempregado, a dependência intergeracional é mínima. Na França, por exemplo, os avós pouco coabitam com os filhos e netos, neste sentido, “as desvantagens da vida cotidiana são menores, as relações de intimidade mais tênues e o sentimento de desconforto ou de incômodo está ausente” (Peixoto, 2000: 105). No Brasil, devido à necessidade de recoabitação, as relações intergeracionais são mais densas e podem provocar tensões posto que, a inversão nos papéis familiares, originada pela dependência econômica e a perda da autonomia dos filhos, pode revigorar a autoridade paterna. Juliana (28 anos, jornalista desempregada), comenta que durante o período em que esteve

morando com o pai, este sempre discordava dos trabalhos que ela e o marido procuravam. Assim o casal descreve com clareza:

> A gente voltou [dos Estados Unidos] sem emprego nenhum. Comecei a procurar trabalho em Produtora e comecei a fazer eventos. É uma coisa rentável e bastante flexível. Mas aí ele ficava assim: “Mas você vai fazer evento? Não é possível minha filha! Você tem Mestrado nos Estados Unidos! Voltar a fazer isso que você fazia quando tinha 20 anos e estava na Universidade?” Existe meio que uma falta de respeito em não aceitar a vida que a gente escolheu. E de repente tudo de novo ali, parecia que eu tinha 15 anos de novo, meu pai regulando cada passo meu, eu sem poder fazer nada e tudo assim: “mas por que você não tenta isso, por que você não tenta aquilo... Você não está correndo atrás... Você não está fazendo o suficiente...” (Juliana, jornalista desempregada, 28 anos).

> Tinha uma Banda [musical] que eu tava produzindo na época sem ganhar nada e ele achava um absurdo eu não ganhar nada. “Mas como você vai trabalhar sem receber? Mas por que você tem essa dedicação por isso?”- Questionava. Se eu estivesse cogitando, por exemplo, atuação e interpretação, como tentando hoje... (Rick, gerente de RH, 30 anos).

Neste sentido, a autonomia dos jovens na idade adulta não sugere uma independência diante do desemprego e dos baixos salários. Nos países em que o Estado mantém um sistema amplo de proteção social e, principalmente, políticas de apoio ao desemprego, ele deduz a dependência dos indivíduos à família e garante a cada um dos seus membros condições de acesso à sua independência. (Cicchelli-Pugeault e Cicchelli, 1998: 89).

Para G. Romanelli, as relações na família ficam condicionadas às trajetórias individuais e as articulações que estabelecem entre si. Assim, autoridade e poder se definem segundo tais trajetórias e podem interferir nos vínculos afetivos (1995: 76). Se no passado os filhos eram geradores de renda, redefinindo seu papel dentro da família, hoje, a crise econômica tem prolongado a dependência dos filhos adultos. Podemos perceber, portanto, que a solidariedade familiar ao substituir a solidariedade pública, "(...) engendra conseqüências perniciosas para seus beneficiários enfraquecendo a capacidade de uma autonomia individual (...)" (Kaufmann, 1994 apud Cicchelli-Pugeault e Cicchelli, 1998: 90). Mais do que isso, a recoabitação, ainda que perpassada por fortes elos familiares, acaba gerando conflitos que ocasionam rupturas, de curta ou longa duração, tanto entre pais e filhos como entre casais (jovens e mais velhos).

A ajuda familiar é importante e variada, entretanto, convém investigar seu significado e sua capacidade de assumir um papel de amortizador das dificuldades ligadas ao desemprego, pois, "a diferença maior entre o salário anual e as ajudas da família é que a primeira, marca o acesso à independência e ao estatuto de adulto, e a segunda, é o marco da dependência prolongada da tutela parental" (Chauvel apud Minonzio, 2000:44).

Para além das dificuldades financeiras ligadas ao desemprego ou à instabilidade profissional ocasionada por empregos mal remunerados, há também uma outra esfera de problemas que têm efeito tão ou mais desestabilizador que as perdas materiais: são as tensões que emergem do impacto econômico do desemprego e que afetam o equilíbrio emocional dos indivíduos no grupo familiar. Neste sentido, a baixa auto-estima gerada pela

não-realização profissional (Nezosi, 2000:9-10), aliada aos cortes no consumo coloca em risco as relações familiares, podendo ser um motivo de desestabilização da vida dos casais. S. Paugam, observa que os riscos de ruptura conjugal são altos entre os casais com forte precariedade profissional. (Paugam, 1993 *apud* Courgeau, 2000: 50). Segundo A. Solaz, se pode ver uma freqüência de separação muito forte associada à situação do desemprego entre casais no início de sua relação conjugal. Já entre aqueles com uma longa vida em comum e filhos, esta tendência é menos percebida, tendo o desemprego um efeito menor nas relações entre casais (2000:29-30).

O desemprego e a recoabitação tem também um impacto nas relações familiares que envolvem parentes por aliança e parentes de gerações distintas. Conflitos variados de descortinam na esfera doméstica. São estes aspectos que serão abordados no capítulo seguinte.

4. SOLIDARIEDADE E CONFLITO FAMILIAR

No Direito Social, a solidariedade familiar traduz-se na "obrigação de alimentos". Do ponto de vista técnico-jurídico, tal obrigação é conjunto de meios necessários à subsistência de uma pessoa, assumindo um sentido amplo, pois se refere a tudo o que envolve a satisfação das necessidades de um ser humano e não apenas os gêneros alimentícios em espécie (alimentos naturais). A obrigação de alimentar decorre do pátrio poder e, na impossibilidade de corresponder esta obrigação, recai sobre os parentes mais próximos em grau[21]. (Carcereri, 2002). Os dispositivos jurídicos baseados nos laços naturais que envolvem os membros de uma mesma família, garantem aos mais desprovidos à sua sobrevivência.

A solidariedade familiar, entretanto, não se restringe apenas ao suporte material direcionado aos sujeitos. Ainda que possa estar fundada nos princípios de reciprocidade, deveres e dívidas, a solidariedade pressupõe diversas formas de trocas e envolve, além de sentimentos de obrigação, sentimentos afetivos, de deveres intra-familiares, auxílios mútuos e mesmo de recursos jurídicos, pois, na mesma medida em que "a família não se reveste mais num modelo único, as solidariedades revestem, também diferentes formas de expressão (...) traduzem os laços afetivos, psicológicos e materiais tecidos entre os membros de uma mesma comunidade familiar" (Brin, 1994:59). O que é importante destacar é o fato de que, na família, a solidariedade é elemento fundamental para dar suporte aos sujeitos e garantia de sua continuidade. Deste modo, o

[21] CC, art. 397. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros. (*apud* Carriere, 2002)

que se pretende investigar aqui é o sentido que a solidariedade assume na família brasileira durante a recoabitação entre seus membros.[22]

As entrevistas realizadas com famílias cariocas que estão vivenciando o retorno dos filhos casados à casa paterna ou materna, em momento de crise, mostram que a solidariedade é um dos elementos fundamentais para a reprodução social do grupo familiar mas, sobretudo, para a superação dos problemas socioeconômicos que atingem diferentemente cada um de seus membros. Como afirma C. Peixoto

> É em função da situação social dos doadores e recebedores que se forma o circuito das solidariedades e das transmissões entre as gerações, elementos centrais da reprodução familiar. (2005)

No que diz respeito à recoabitação gerada pelo desemprego dos filhos, esta se configura como estratégia para garantir a sobrevivência dos membros em dificuldade, uma vez que há uma queda nas condições materiais da família. Neste sentido, os rearranjos não dependem exclusivamente "de características individuais e preferenciais" (Camarano, 2003:18).

4.1 SOLIDARIEDADE FAMILIAR: AFETO X OBRIGAÇÃO. REFORÇO E TENSÃO DOS LAÇOS FAMILIARES

Em geral, a solidariedade familiar, particularmente a solidariedade intergeracional é acionada para socorrer os membros em necessidade, seja para o cuidado dos netos seja diante da crise da crise do desemprego. Como

[22] Juntamente com a coabitação permanente compõem modalidades diferentes de co-residência (Attias-Donfut, 1994 *apud* Peixoto, 2005).

foi abordado no capítulo anterior, várias pesquisas já demonstraram que, na ausência de políticas sociais fortes, a geração mais velha tende a ser mais participativa na vida da geração mais nova. A solidariedade familiar, portanto, continua tendo um papel primordial de suporte aos membros da família, já que os apoios materiais e afetivos intra-familiares são cada vez mais solicitados. Mas, será que os laços familiares são mais reforçados quando há um apelo maior à solidariedade familiar em momentos de crise? Os laços se reforçam com a mesma intensidade quando a solidariedade familiar é acionada pelo afeto ou pela obrigação?

Segundo A. Walker,

> (...) nem o afeto, nem a reciprocidade (ou um sentimento individual de obrigação) podem sozinhos explicar a contribuição de ajudas ou de cuidados. Existe uma hierarquia de normas. Certos indivíduos admitem sem discussão que é seu papel sem que haja mesmo verdadeiramente deliberação, estratégias ou decisões. (Walker, 1993 *apud* Martin, 2002:110)

A. Walker também sugere que a solidariedade é fruto de uma construção ideológica - o “familismo”-, um modelo normativo cuja pressão pode variar segundo os meios sociais. Deste modo, as solidariedades familiares não se explicam unicamente pelas negociações e estratégias entre indivíduos de uma mesma família e sim, inconsciente ou não, pelo sentimento de obrigação nascido dos usos em vigor na sociedade ou no meio social no qual se vive. (*idem*)

Para J. Finch, a idéia de que na família se tem obrigações a quais não se pode renunciar, se reflete no debate político conservador, segundo o qual é

“dever” da família estar preparada a assistir seus parentes (1989: 240-241). A autora observa que este sentido de obrigação nos relacionamentos familiares contemporâneos é algo muito mais tênue, pois não se fundamenta em fortes valores morais que criam regras fixas de conduta e posições sociais bem delimitadas. Fundamenta-se em princípios e orientação de comportamentos gerados a partir da interação entre os indivíduos e, portanto, negociáveis. A história interpessoal de cada membro da família gera o sentimento de compromisso entre eles.

Será que para a geração mais velha o compromisso com o bem estar dos filhos é percebido como obrigação e/ou imposição de normas sociais, ou é somente por afeto? Mas será que o compromisso desaparece quando os filhos saem de casa e formam sua própria família?

C. Peixoto, ao comparar solidariedade e transmissão intergeracionais entre o Brasil e a França observa que, embora o país europeu tenha um sistema de proteção social que permite a autonomia da geração mais velha, as trocas entre avós e netos não são enfraquecidas, apenas tomam contornos diferenciados em relação à família brasileira, em vista da precariedade das políticas sociais “(...) os avós brasileiros participam intensamente da vida dos netos, uma vez que coabitam com muito mais freqüência do que os franceses” (2000:110).

As entrevistas demonstraram que os avós se sentem responsáveis pelos netos e obrigados a ajudar os filhos nas situações mais diversas O apoio aos filhos e netos, diante de qualquer necessidade é evocado como “dever” a ser cumprido imposto pelos papéis de pais e avós. Assim dona Deusa (80 anos), mãe de Iranir (44anos), ao ser questionada sobre o retorno da filha com sua

família, declara que jamais a deixaria passar necessidades diante do desemprego do genro, por isso se sentiu compelida a convidá-los, pois “mãe é para isto mesmo”. Dona Deusa, se ressente da desorganização da casa e da “ditadura” das netas, que não permitem que ela ouça rádio ou assista ao programa de televisão de sua preferência, Conformada com a longa recoabitação, declara que “já não reclama de mais nada”.

Marilza (vendedora, 54 anos) declara ter uma sobrecarga financeira com as idas e vindas da família da filha, ainda que atualmente não morem mais com ela, Fabiana (desempregada, 27 anos), o marido (André, vendedor, 29 anos) e a neta (Lia, 3 anos) passam longos períodos em sua casa. Marilza chegou a contrair algumas dívidas para ajudar a filha e sua família no pagamento do aluguel e na manutenção das despesas com a neta. Preocupada com a situação financeira (dela e de sua filha), tem sofrido picos hipertensivos. Com estado de saúde abalado, ela cogitou solicitar aposentadoria, pois sua idade e tempo de contribuição estão dentro das exigências estabelecidas pelo sistema previdenciário brasileiro,[23] mas desistiu porque a passagem à aposentadoria implicaria na redução de salário. O sentimento de obrigação com a filha novamente surge e assim ela comenta: “se eu sair como poderei ajudar a Fabiana? Eu pago as minhas contas, mas também algumas dela.” Marilza comenta que:

> Outro dia no trabalho, depois do telefonema de Fabiana [pedindo para comprar remédios para a neta], minha pressão foi nas alturas, quase desmaiei. Essa situação está sendo muito difícil para mim. Ando cansada e não consigo tranqüilidade com a vida da Fabiana desse jeito. Já era para eu

[23] Para mulheres, idade mínima de 48 anos além de 30 anos de cotização. Peixoto, 2004: 60.

> ter me aposentado mas, o ticket [restaurante] e o vale-transporte vão fazer falta pra gente.

O terceiro caso é o de Maria de Lourdes (aposentada, 52 anos) que mora num apartamento de três quartos na zona sul do Rio de Janeiro, cedido pela empresa onde o marido trabalha. Neste apartamento ela vive com o marido (segunda união), o enteado e seu filho mais velho. Há dois anos o filho mais novo voltou a morar com ela, trazendo consigo a mulher e a filha pequena. Marcio, o filho mais novo, (garçom, 32 anos) e Patrícia, sua mulher (desempregada, 33 anos) venderam o apartamento que possuíam no Rio de Janeiro e foram tentar a vida em Recife, onde abriram um restaurante. Não foram bem sucedidos e faliram. O retorno para o Rio de Janeiro em busca de novas oportunidades, implicou na recoabitação, que de início seria provisória. Esta recoabitação promoveu mudanças na organização da casa: o enteado ocupou o quarto menor e o jovem casal com a filha passou a dividir o segundo quarto com o irmão mais velho. Muitos são os conflitos familiares gerados por essa nova situação familiar: entre sogra e nora, entre cunhada e cunhado, entre marido e mulher. Ainda que a harmonia familiar tenha sido abalada com os novos rearranjos espaciais, Maria de Lourdes confessa que:

> (...) cansei de avisar que esse negócio não ia dar certo [em Recife] mas eles precisaram voltar e eu não podia deixar meu filho e minha neta nessa situação [sem casa]. Eu faria isso por qualquer um deles [os filhos] a gente vai se apertando aqui e vivendo. (52 anos, aposentada)

Os conflitos são freqüentes na recoabitação, mas nem sempre se transformam em rupturas. A família de Marilza (54 anos, vendedora) é um

exemplo disso. Apesar das questões financeiras e de saúde eles declaram o desejo de permanecerem juntos. Viviam em casa alugada, relativamente grande, em bairro de classe média da zona oeste do Rio de Janeiro. Os três quartos eram destinados um para Marilza, outro para sua filha mais nova sua filha mais nova Fabíola (recepcionista, 24 anos) e o terceiro para Fabiana (desempregada, 27 anos), seu marido André (vendedor, 29 anos) e a filha Lia (3 anos). Ocasionalmente, Roberto (desempregado, 55 anos) namorado de Marilza passava alguns meses morando com a família. Ao final do contrato de locação, dado os altos preços de imóveis maiores, a família decidiu morar em casas separadas. Contudo, o jovem casal, frequentemente retorna à casa materna, recorrendo ao apoio de Marilza para suprir as necessidades imediatas. O argumento para essas curtas estadias tanto recai nas melhores condições infra-estruturais como telefone, localização do imóvel quanto no estado de saúde da própria Marilza, acentuado pela distância da neta.

Os conflitos na família de Marilza giram em torno de poucas desavenças associadas ao uso dos aparatos de cozinha e eletrodomésticos. Segundo Fabiana, as pequenas discussões eram mais freqüentes no início da recoabitação. Assim esclarece que,

> Na primeira vez [em que moraram juntos], cada coisa que acontecia com as minhas panelas me deixava desesperada, eu chorava, achava que as pessoas não tinham cuidado. Esses detalhezinhos... Eu sou meio chata em relação à casa. Ele [o marido] até fala que eu exagero! Aquele tapete que fica em baixo da pia, quando fica todo enrolado eu reclamo... Na primeira mudança eu sofri mais porque quando acontecia alguma coisa com as minhas coisas eu ficava muito arrasada, nas últimas e principalmente depois da Lia ter nascido eu já

> não me importava tanto, porque a gente dá importância pra outras coisas. Antigamente, eu tinha muita briga com minha mãe, hoje em dia eu nem ligo mais!

Para os jovens entrevistados ter saído da casa dos pais significa criar um conjunto de regras domésticas próprias, quase sempre distinta das regras maternas ou paternas; o retorno implica em ter que se readapatar ao “ritmo” da casa dos pais, no que tange a forma como conduzem suas práticas diárias, percebido entre os jovens como uma tarefa difícil. Não é à toa que Fabiana sentia dificuldade em compartilhar suas coisas.

Outro motivo de desavenças na família de Marilza é a visita prolongada de seu namorado. As discussões entre o casal são freqüentes e a filha Fabiana vem em socorro da mãe. Esta solidariedade entre mãe e filha as fortalece, criando uma forte cumplicidade entre elas.

Como mãe e filha valorizam os vínculos familiares, elas evitam as rupturas procurando superar os pequenos conflitos e as dificuldades. Como assinala Fabiana:

> Eu tenho isso não só aqui [com a mãe e a irmã] como no meu casamento: cada dificuldade que tenho me junto mais. Como agora: Foi há um mês que Lia [a filha de três anos] começou com sarampo, quebrou os dois pés, teve catapora, teve bronquite, teve pneumonia, teve pressão baixa, roubaram o carro [com nove dias de uso] então eu acho que cada dificuldade me junta mais (desempregada, 27 anos)

E Marilza:

> Não sei se é por causa de toda dificuldade que somos tão amigas assim! Eu estava pensando que se talvez a vida fosse

> mais fácil e elas vivessem na casa das amigas, e eu nas minhas festas, talvez não ficássemos tão juntas (...) eu e as duas, nós somos assim: quando uma tem dor de barriga as outras todas sabem. Nós três somos muito unidas. (vendedora, 54 anos)

Tanto mãe como filhas evocam sentimentos relacionados à amizade e confiança para descreverem os vínculos afetivos que ajudam a superar as dificuldades. Contudo, elas assinalam o caráter incondicional aos apoios mútuos, baseados em expectativa de contra-partida. Assim, Marilza comenta que jamais deixaria de apoiar as filhas, da mesma maneira que tem certeza de que ambas não deixarão de socorrê-la na velhice, e Fabiana tem certeza de que encontrará apoio de sua mãe:

> Qualquer problema que acontece lá em casa minha sabe. Eu ligo pra ela. Inclusive, o pessoal da loja [o trabalho da mãe] já até sabe. Na última vez que liguei a gerente perguntou: Aconteceu mais alguma coisa? E eu falei: Não aconteceu nada mais não, pode passar pra minha mãe. Tudo que acontece minha mãe sabe mesmo!

Contudo o elo afetivo não define por si só a interação entre as duas gerações, já que a solidariedade familiar é incondicional, ou seja, diante da crise, as ajudas mútuas são acionadas por sentimentos de obrigação, de deveres e dívidas Como bem esclarecem J. Godbout e J. Charbonneu:

> A família hoje é freqüentemente apresentada nos termos que se aparentam as relações de amizade. Seria o primeiro sentimento que conduziria as relações familiares concebidas sobre a forma de escolha, da eleição e da independência,

> como na amizade. Nessa perspectiva, a solidariedade familiar dependeria da vontade de cada um, inteiramente ligada à manutenção das boas relações interpessoais. Porém, a família apresenta uma dupla especificidade que a distingue da amizade: o laço intergeracional e a incondicionalidade. Deste modo, mesmo se na idade adulta os membros da família possam escolher com quem se relacionar ou se ajudar mutuamente, ou não, eles não podem desconsiderar que sua família lhe é atribuída ao nascimento e que o situa dentro de uma cadeia intergeracional, que aliás, eles mesmos irão prolongá-la. (1994: 42)

Ainda que o afeto possa permear as relações familiares, o que fica claro nos relatos de algumas pessoas entrevistadas é que a solidariedade familiar, no caso específico da recoabitação, é pautada na obrigação.

C. Rezende, em estudo sobre amizade, chama atenção para “a noção de confiança enquanto sentimento de segurança ou crença no comportamento do outro (...) essencial para a articulação entre experiência subjetiva e organização social e política (...) fundamental para a vida em sociedade porque estabelece cooperação em situações de incerteza (...)” (2002:28). Na família, se os pais apontam a incondicionalidade do vínculo parental, os filhos, por sua vez, se referem mais à noção de confiança; pois ao recorrem aos pais eles têm certeza de que receberão os apoios e ajudas de que necessitam. Assim, Juliana (jornalista, 28 anos), ao descrever os conflitos com seu pai afirma que “se eu precisar dele eu sei que vai estar do meu lado (...)”.

Assim, mesmo que na trama cotidiana das relações familiares, as tensões ocasionadas pela recoabitação coloquem em risco o equilíbrio do grupo, posto que nem todos compartilhem os mesmos valores e visões de mundo, a coerência familiar se mantém graças ao sistema de trocas, direitos e

deveres e a expectativa de contra-partida que são o fundamento das solidariedades familiares. Como observa C. Peixoto, “as trocas familiares são bilaterais, já que sempre se retribui o apoio recebido ainda que dificilmente se compense um serviço por outro do mesmo tipo” (2005). Os pais continuarão a socorrer os filhos e estes se sentirão em dívida com os pais. De todo modo, afeto ou dever, os credores sempre estarão a espera de gestos de gratidão, contribuições materiais ou suporte nas tarefas cotidianas. Os devedores tentarão atender tal expectativa, porém nem sempre da maneira como os credores gostariam.

É por este motivo que parentes por aliança, sogras, noras, sogros e genros entrevistados nesta pesquisa, demonstraram a necessidade de criar formas de interação que possibilitassem a convivência entre eles, ainda que nem sempre harmoniosa. O que se percebe é que as famílias criam estratégias de convivências para transformar as relações por aliança em semelhança às de consangüinidade, como estratégia para reforçar os laços entre afins. Frases como “eu o tenho como um filho” ou “eu a tenho como uma mãe” expressam essa tendência.

Já nas famílias onde as relações são mais conflituosas, para minimizar as tensões no grupo, os sujeitos evocam seus papéis sociais na família, expressos em frases tais como “suporto tudo isso por causa da minha neta”, “aturo minha sogra por causa do meu marido”. Ou seja, são o papéis de avó e de mulher que irão prevalecer na hora de relevar os problemas. Neste sentido, as relações no âmbito familiar não são neutras, sobretudo no parentesco por aliança e são os sentimentos de deveres e dívidas que permitem, no decorrer das práticas rotineiras, as diferenças mais suportáveis.

Evidentemente, nem todas as famílias conseguem superar as pequenas desavenças. Vale ressaltar que há casos em que as vicissitudes detonam problemas latentes, gerando conflitos entre pais e filhos e rupturas mais ou menos duradouras. Casos mais dramáticos chegam a gerar rupturas como a separação de casais.

Será que é somente nos momentos de crise que a obrigação prevalece sobre o afeto? Será que nem sempre os pais são solidários porque são pressionados pelas regras sociais e familiares? É somente obrigação? São esses aspectos conflitivos da vida familiar na recoabitação que serão explorados a seguir.

4.2 AS TENSÕES E CONFLITOS

4.2.1 Conflito entre pais e filhos

Com o retorno dos filhos casados à casa paterna ou materna, a autoridade dos pais tende a ser revigorada na medida em que os pais procuram participar ativamente da vida dos filhos. Por outro lado o sentimento de pertencimento ao universo doméstico da casa dos pais se modifica, posto que a autonomia dos filhos fortalecida ao iniciarem sua trajetória individual, é posta relativamente em suspenso na recoabitação.

Na família de Juliana (jornalista, 28 anos), os conflitos com seu pai não demoraram a surgir. Juliana foi morar nos Estados Unidos com Rick (gerente de RH, 30 anos) seu namorado e lá casaram e viveram por três anos e meio, enquanto estudavam. Terminados os estudos decidiram voltar ao Brasil para

recomeçar a vida profissional, como diz Juliana “sem emprego, sem dinheiro e sem teto”. Foram morar com o pai de Juliana[24] em sua grande casa num bairro nobre do Rio de Janeiro. O terceiro andar foi reservado para o jovem casal. Pretendiam morar somente por três meses, mas encontraram dificuldades para se inserir no mercado de trabalho acabaram ficando seis meses. Para Juliana o dia-a-dia tornava cada vez mais difícil a convivência familiar, gerando conflitos com o pai:

> (...) já que tinha um quarto sobrando, pensamos 'ótimo, vai ser tranqüilo!'. Só que não foi tão tranqüilo. (...) primeiro que casa com criança é complicado pra quem não tem criança. Eu acordava às oito horas da manhã com minhas irmãs brigando, gritando e era embaixo da minha janela! Ou então, outro exemplo: eu demorei a conseguir um emprego e acabava levantando às 9 e meia. Meu pai ficava o dia inteiro falando: 'Acordou tarde heim! Essa vida boa tem que acabar!' A maior pressão todo dia, perguntava o que eu tinha feito, pra onde eu ia, o que eu ia fazer e se eu ia à praia era um problema! E eu dizia: Pai, eu não tenho emprego, por que eu não posso ir à praia? Por que eu não posso acordar tarde?' Ele dizia: 'Mas você tem que correr atrás!' E eu dizia: 'Mas pra você o que é correr atrás? Eu já mandei trinta currículos, eu já liguei para as pessoas que eu conheço. Eu tenho que correr oito horas por dia com horário marcado?' Só que meu pai é diurno. Ele acorda sete da manhã todo dia, então ele achava que eu tinha que acordar no mesmo horário que ele. E aí a gente queria sair à noite, e aí eu voltava pra casa e o Rick ficava na noitada (...) chegava quatro ou cinco horas da manhã (...) e eu estava em casa e meu pai via isso, via a gente brigando e aí já interferia. (Juliana, jornalista, 28 anos)

[24] Juntamente com a madrasta e as duas irmãs deste segundo casamento.

Mesmo esclarecendo que, embora estivesse morando com ele e que isso não lhe dava o direito para que se intrometesse na sua vida conjugal, o pai continuava tecendo comentários maldosos sobre o genro. Estas interferências familiares na vida de Juliana e Rick geraram brigas entre o jovem casal. A recoabitação ficou insuportável e, logo que Rick se empregou, alugaram um apartamento. O rompimento da relação pai-filha durou um ano e meio e apesar da reaproximação, o pai continuou interferindo na vida da filha:

> A gente estava tão no desespero pra ter nosso lugar que, mesmo depois eu tive uns conflitos com minha mãe e com meu pai, e cheguei a falar: “me deixem em paz porque eu estou precisando do meu tempo, estou precisando do meu espaço”. (Juliana, jornalista, 28 anos)

O relato de Juliana expressa bem como a noção de autonomia e a valorização do indivíduo está introjetada nos os jovens de camadas médias. É certo que na contemporaneidade as questões relacionadas ao casamento são tratadas na esfera privada. No caso de Juliana, os conflitos com o pai e a ruptura temporária não destruíram o afeto entre pai e filha, tanto que voltaram a se encontrar. Neste sentido, segundo G. Velho, “a diminuição quantitativa em termos de convívio não leva, mecanicamente, a um esvaziamento afetivo e simbólico do universo do parentesco” (2000: 46). Esta pode ser a chave para diminuir os desgastes e conflitos familiares; a redução dos encontros aos almoços e reuniões de família torna o relacionamento mais tolerável.

Nas últimas décadas a família brasileira atravessou processos de transformação que levaram à abertura das expressividades individuais, favorecendo a autonomia de cada um de seus membros, assim como uma

maior proximidade no relacionamento entre pais e filhos. Os centros urbanos apresentam uma tendência maior à individualização, na medida em que a ênfase na família nuclear e a ruptura com certos valores mais tradicionais dão lugar a uma maior valorização de projetos individuais, e, como diz G. Velho “há também uma constante busca de arranjo e rearrumação em que a valorização de projetos individuais não seja incompatível com um relacionamento significativo com parentes mais próximos” (2001: 46). Para F. de Singly, o período no qual nos encontramos é formado por uma família “individualista e relacional”, na medida em que:

> (...) corresponde à instauração de um compromisso entre as reivindicações dos indivíduos em se tornarem autônomos e seus desejos de continuar a viver, na esfera privada, com uma ou várias pessoas próximas (2000:15).

Os depoimentos de Juliana demonstram que os conflitos pessoais vivenciados pelos atores no âmbito das relações intergeracionais, são dilemas próprios da contemporaneidade, onde se questiona,

> Como conciliar a equalização dos estatutos dos indivíduos com a necessidade, ressentida por cada um deles, de atingir um reconhecimento de suas características pessoais (...) ser simultaneamente fiel a si mesmo e compartilhar horizontes de senso comum (...) perseguir objetivos próprios visando a construir, a preservar sua autonomia, e cultivar a preocupação com o outro (Cicchelli, 2000:114).

Para este autor, a individualização não exclui a manutenção do laço

familiar, pois “os atores sociais contemporâneos estão indissociavelmente ligados às preocupações consigo mesmo e com os outros” (*ibid*, 114). Assim, Juliana declara que,

> Pra te falar a verdade eu gosto muito do modelo da minha família. Porque bem ou mal com todos os defeitos, óbvio, nenhuma família é perfeita, eu adoro meus pais, adoro minhas irmãs, adoro a relação que a gente tem, sabe, de poder contar um com o outro... Por mais que hajam conflitos a gente conversa a gente briga, normal, mas eu sei que posso contar com eles.

J. Finch em estudo sobre famílias inglesas (Finch, 1989 *apud* Rezende, 2002) observa que a preocupação com a individualidade dos pais e dos filhos, interfere na solidariedade familiar uma vez que os apoios não são percebidos como incondicionais e constitutivos das obrigações familiares. Diria que no Brasil, nas famílias de camadas médias, o processo de individualização não diminui os apoios familiares e tampouco o sentido da obrigação. A exemplo disto, Juliana declara que talvez seus pais[25] ainda se sintam obrigados a lhe dar apoio, já que ela continua recebendo, eventualmente, ajudas financeiras.

4.2.2 Conflitos entre Avós e Netos

A recoabitação, muitas vezes acirra tensões nos relacionamentos intergeracionais no que tange à educação das crianças. Para C. Sarti, a autonomia pressupõe respeito mútuo, onde são definidos os “(...) limites

[25] Juliana embora tenha optado em morar com o pai e sua segunda família, conta ainda com alguma ajuda materna, como o empréstimo do carro, pagamento de contas e nas compras de supermercado.

pessoais e a atenção às necessidades do outro. Respeitando-se os limites da autonomia, podem ser modificadas as relações de autoridade (...)". (1995: 46). Difícil saber respeitar os limites de uns e outros porque as fronteiras não são as mesmas para pais, avós e netos, pois a cada geração as visões de mundo, os valores e os comportamentos se modificam. Na família, diz C. Attias-Donfut

> (...) as linhagens estão igualmente em contínua transformação, sobre o efeito da sucessão das gerações e das novas alianças. De fato para cada nova aliança, o encontro de duas linhagens produz uma cultura plural. A comunidade que se constitui (...) produz seus próprios valores, mais ou menos coerentes entre eles, e os estende no conjunto dos seus membros, que aderem ou que se opõem (2002:122).

Nas famílias com crianças este é, também, o momento das transmissões desses valores, comportamentos e normas, que são aceitos, reformulados ou recusados. Na recoabitação entre gerações os avós participam mais da vida dos netos tanto nos cuidados cotidianos (levar à escola, dar de comer, etc.) como transmitindo saberes e histórias familiares. Conforme crescem, os netos vão dispensando a atenção dos avós, assim, "(...) as relações entre as gerações mudam de natureza: eles não são mais os avós em disponibilidade permanente, passando a ser solicitados para 'quebrar um galho' financeiro (...)" (Peixoto, 2000:102). Dona Deusa discorre sobre esta mudança:

> Ela [Mariana, 14 anos, a neta mais nova] era gostosinha quando era pequena. Não podia nem ouvir minha voz que ela

> procurava, ficava maluca para vir no colo da vovó. Sempre agarrada comigo. Agora mudou, não quer mais saber dessa avó! Agora elas [Fernanda, 16 anos e Mariana] só conversam com a turma delas, da idade delas. (...) Elas fazem sim [malcriação] e só na hora do dinheirinho elas falam direitinho. (80 anos, aposentada)

Em geral, as gerações mais jovens recusam os modelos de comportamento sugeridos pelos mais velhos. Os adolescentes tendem a tomar como referência os grupos de amigos e colegas como orientação de conduta (Romanelli, 1995:73). As avós entrevistadas nessa pesquisa demonstram bem as representações da geração mais velhas sobre educação e comportamentos e discorrem ainda sobre a transmissão de valores morais e as expectativas que recaem sobre o futuro das netas, “valores que consideram importantes a serem reproduzidos no grupo familiar” (Peixoto, 200:108).

> Conheci um parente da minha mãe que era general. Ela era professora, diretora... Gente formada! O filho era também militar, coronel. A filha, professora. Mas a educação era tão bonita! Quando ele chegava do trabalho, fardado... Oficial... Ele se ajoelhava na cama da mãe para tomar benção. Aquela educação antiga! Mas a educação antiga era diferente. Minha irmã mais velha era como se fosse minha mãe. Agora tem fase! No meu tempo não tinha nada de fase. Agora é aborreceste. Adolescente... No meu tempo não tinha nada disso. Era tudo igual. O que minha mãe fazia... Aquela educação antiga diferente... Era só com os olhos, ela conversava com os olhos.(“...)” (Dona Deusa, aposentada, 80 anos. Mora com as netas)

> A Lia vai crescer vendo a gente unido. Quero que ela trate os pais dela com respeito como eu ensinei as minhas filhas a me tratarem. Quero que ela seja uma moça de bem! Eu sempre falei para elas [as filhas] que não é porque foram criadas só por mãe que poderiam fazer coisas que tem gente que faz aí com pai e com mãe [refere-se a gravidez antes do casamento]. A mulher tem que ter dignidade, como eu sempre tive, então a Lia tem que ter isso na cabeça dela também! (Marilza, 54 anos, avó de Lia, 3 anos)

Observamos que os avós se ressentem quando seus valores não são aceitos pelos netos e se remetem sempre ao passado para trazer à tona comportamentos de uma época na qual as relações familiares não eram, aparentemente, tão conflitantes na medida em que os papéis sociais eram muito definidos e estruturados hierarquicamente. (Sarti, 1995: 43).

Do ponto de vista da geração dos adolescentes, os valores e saberes dos avós, ou até mesmo dos pais, podem parecer inadequados diante das novas situações que emergem da sociedade contemporânea. Assim, Fernanda, (estudante, 16 anos) filha mais velha de Iranir (dona de casa, 44 anos), declara que os conselhos da mãe são inúteis e que não tem assunto para conversar com a avó, Dona Deusa (aposentada, 80 anos).

4.2.3 Conflito entre parentes por aliança

A vida privada é o lugar onde não se deseja representar papéis, onde não se deseja ser julgado, onde se quer “ficar à vontade”. Ao contrair os laços

matrimoniais ou ao morar sob o mesmo teto, o casal cria um novo universo doméstico, cujas com rotina e regras de organização diferem da casa da família de origem. Quando não existe a separação espacial a coabitação com parentes por aliança é, em geral, tensa e pode se detonar no decorrer da vida doméstica. Assim, Rick, (marido de Juliana), descreve com clareza a situação familiar na recoabitação:

> Era difícil porque os nossos horários eram muito diferentes, então pra gente, se alguém ligar meia noite é tranqüilo, pra eles [a família do sogro] não porque é uma família com criança, existia uma séria de adequações que a gente tinha que fazer. A casa é como uma empresa mesmo, tem umas regras de administração que têm que ser discutidas e conversadas. Se não são, achar que vai acontecer de uma maneira orgânica, de percepção um do outro acaba nesses ruídos de comunicação mesmo. (30 anos, Gerente de RH)

Poucos são os casais que excluem do seu convívio a família de origem. Entretanto, observamos que entre alguns deles há uma negociação para estabelecer algum grau de proximidade com a família de um e de outro. Mas, como estabelecer “distâncias” limites quando se compartilha o mesmo espaço doméstico na recoabitação? Como ficar “à vontade” quando não se tem privacidade porque a casa é dividia com pessoas que se tem pouca ou nenhuma afinidade? C. Lemarchant observa que o casamento implica

> (...) um indivíduo com novos laços de parentesco. Ele organiza sua própria rede, revendo sua idéia de família. O parentesco por aliança não é simplesmente acrescentado ao parentesco de origem, mas ocasiona uma redefinição deste. A aparição de

> novas interações provoca uma redefinição de novos papéis, de um novo quadro (1999:24).

Os indivíduos têm, assim, vários papéis a desempenhar no seio da família: filho ou filha, marido ou mulher, genro ou nora, cunhado ou cunhada e, quando têm filhos, pai ou mãe. Como conciliar todos esses papéis na recoabitação? Mais ainda, no meio de um conflito, qual identidade irá prevalecer?

A convivência entre sogros, genros e noras na recoabitação, nem sempre é harmoniosa. A respeito disto, C. Lemarchant (2000 :168) observa que a relação entre os parentes por aliança, sobretudo os sogros, é uma relação obrigatória, inevitável e forçosa. Tudo indica que a possibilidade de escolha é inexistente. As insatisfações não são exclusivas das gerações mais velhas, elas são latentes entre as gerações mais novas e entre os parentes por aliança, como genros e noras. Na trama cotidiana as incompatibilidades podem se potencializar.

Há também que se considerar que a recoabitação implica na convivência de pessoas com culturas familiares diferentes e que podem entrar em choque no cotidiano, pois, como chama atenção C. Attias-Donfut, cada linhagem possui um sistema composto de um conjunto de disposições e regras, explícitas ou implícitas que forma uma “cultura da casa”, porque

> (...) No meio da mesma linhagem, os comportamentos de ajuda e da concessão da amplitude de direito e obrigações de reciprocidade comportam numerosas similitudes, como se tivesse uma aprendizagem específica familiar sobre o jeito de dar e receber. Uma cultura que estabelece os contratos tácitos entre membros, escritos nas suas histórias

> entrecruzadas e nas histórias de suas relações. Esta história combina as transmissões, as reciprocidades, as práticas e falas (...) (2002:122).

Não é de estranhar, portanto, que nesta proximidade por aliança alguns valores sejam questionados e se transformem no motivo dos conflitos. Na família de Juliana, as questões que geravam desconforto entre sogro e genro eram, principalmente, relacionadas à participação de Rick na cena familiar. Luis, pai de Juliana (professor universitário, 54 anos) queria que o genro estivesse presente nas refeições, nos churrascos na piscina ou brincasse com as filhas pequenas. Para ele o genro "não participava, era visita". Já Rick afirma que

> (...) Na verdade, eu até entendo o lado dele porque a família da Juliana tem uma estrutura familiar muito... Aquela coisa de família italiana de sentar todo mundo na mesa, juntos pra jantar ... Minha estrutura familiar é o oposto da família dela ... Então a gente, por ter ficado três anos e meio fora, tinha uma história que era completamente diferente - a formação de uma nova família -, e a gente teve que se adequar. E eu não me esforcei nenhum pouco pra isso (...) A gente tentava trocar de lugar, mas era muito difícil pra mim! Um universo totalmente desconhecido pra mim! (gerente de RH, 30 anos)

Mais dramático ainda, para ele,

> (...) esses seis meses que a gente passou lá, meio que machucaram um pouquinho a relação que eu tenho com meu sogro. Apesar de adorar ele e sei que ele também me adora, mas no fundo machucou um pouquinho. Distanciou. (...) eu adoro a família do Luis, adoro as crianças, mas a minha relação não vai ser uma relação forçada (...),minha maneira

> de adorar não é a maneira de adorar que foi idealizada por ele. Quando a gente foi morar lá ele criou uma imagem de como seria essa união de família “ah, o Rick agora faz parte da família, ele vai fazer parte dessa comunhão de todo mundo a mesa...” que pra mim foi muito difícil! (...) Ouvi muitas indiretas. “Eu estou aqui muito agradecido por você ter cedido esse espaço para a gente”, mas foi muito difícil seguir essa adequação e esse ritmo de comportamento. A gente estava dentro da casa deles, a casa era deles.

Na família de Antônio (museólogo, 41 anos) o desgaste no relacionamento entre sogra e nora foi tão traumático que sua mulher, Neide (museóloga, 39 anos), se recusa, ainda hoje, a falar sobre o período em que morou na casa da sogra. No início do casamento, há 15 anos, quando ambos ainda não tinham emprego fixo, Antônio levou Neide para morar na casa de seus pais: um imóvel de três quartos na zona sul do Rio de Janeiro. Os pais de Antônio estavam em processo de separação e a mãe, Salete (aposentada, hoje com 72 anos) havia saído de casa. O pai, seu Nestor foi morar em outro imóvel da família, deixando o casal sozinho. Antônio e Neide já tinham estabelecido uma rotina própria quando na partilha da separação, sua mãe resolveu voltar para casa. Segundo Antônio, a família não costumava se reunir para conversar, pois “a casa grande não favorecia e os encontros sociais eram no corredor mesmo”. Por isso não havia conflito “ideológico”, segundo Antônio, e as tensões giravam em torno da questão territorial e da organização doméstica. Ele assim os descreve:

> A Neide já se sentia em casa e estava situada... “dona da casa”. Nosso problema não era espaço, pois minha mãe tinha a suíte dela e praticamente não saía de lá e nós ocupávamos o resto

> todo. A questão mesmo era a disputa pela liderança da casa. Nós também não tínhamos nenhuma disciplina de horário e organização em geral. Nunca fomos um casal tradicional. Tanto é que na nossa casa a gente não tem nada certo. Não tem comida no armário nem na geladeira, a gente lava louça uma vez por semana e a gente mal arruma a cama e convive muito bem com isso. Só que começou a incomodar a minha mãe. Ela chegava do trabalho e via cinco pratos na pia e ia lavar. A Neide se sentia agredida. E como ela fazia muito barulho com a louça, a Neide achava que era para dar indiretas. Minha mãe chegou a reclamar também, do uso de um sabão em pó caro e isso chateava muito minha mulher. E desse modo foi tendo uns picos de agravamento até que em dois anos fomos morar num outro apartamento

Para F. de Singly, o modo como os casais se comportam na intimidade é diferente do modo como se comportam diante dos outros. Algumas jovens mulheres modernas, nos encontros familiares, se protegem do olhar crítico da sogra reproduzindo algumas práticas e comportamento da geração mais velha que, muitas vezes, não são validados por elas próprias (1999: 14-15). A família de Antônio, entretanto, contraria esta tendência, pois Neide, apoiada pelo marido, não se preocupava com o julgamento da sogra a respeito do cuidado da casa e de como deveria conduzir sua vida conjugal. Assim, Antônio declara que sua mãe gostaria de disciplinar sua mulher à moda de uma família tradicional, ele, no entanto, afirma que ambos “não se sentiam com obrigações de marido e de mulher e ninguém cobrava um do outro esses papéis”.

A educação e o cuidado dos mais novos também envolve questões delicadas no ambiente familiar, pois as sogras evocam sua experiência no cuidado dos netos e as noras reivindicam sua autonomia no cuidado dos filhos.

Patrícia (desempregada, 33 anos) e Maria de Lourdes (aposentada, 52

anos) estão constantemente em conflito, pois possuem concepções divergentes sobre a educação de Eduarda (3 anos). Patrícia faz profundas críticas aos hábitos da sogra, enquanto esta critica a “inexperiência” da nora no cuidado da criança. Nora e sogra manifestam declaradamente o desejo de, novamente, viveram em casas separadas. Diz Patrícia,

> Ela tem um jeito completamente diferente do meu de educar. Acontece que a Eduarda está cheia de hábitos que eu não gosto. Eu tenho que ficar o tempo todo chamando atenção da Eduarda porque eu falo uma coisa e minha sogra diz outra. Ela deseduca minha filha e isso é muito desgastante. Se estivesse na minha casa não tinha que passar por isso. (33 anos, desempregada e atualmente fazendo curso profissionalizante de cabeleireiro)

Recentemente Patrícia recusou um trabalho porque não tinha com quem deixar sua filha. A família de seu marido também não permite que o casal contrate uma babá, pois não quer perder mais ainda a privacidade. Como num círculo vicioso, Patrícia não tem trabalho e, portanto, independência econômica, o que afeta a sua autonomia para educar a filha. Assim, sente-se oprimida por não ter o próprio espaço e, também, por não poder manifestar sua opinião e declara: "tenho que ficar calada muitas vezes porque aqui não é minha casa. A gente está aqui de favor e esse é o preço que eu pago". Este depoimento demonstra que, como assinala C. Lemarchant,

> (...) a dependência material e/ou financeira para com os sogros torna a nora [e o genro] dependente e impossibilita as duas partes de se considerar em pé de igualdade. O sentimento de dívida pode então exercer uma pressão muito forte e macular

as relações (1999:236).

Tanto Rick (gerente de RH, 30 anos) quanto Patrícia (desempregada, 33 anos) sentiam-se cobrados pelos sogros, críticos do comportamento deles.

Na recoabitação os indivíduos são chamados a conciliar o acúmulo de papéis que desempenham na família. Diante da falta de autonomia e nos momento de conflito, alguns papéis irão prevalecer sobre outros. Segundo Antônio (museólogo, 41 anos), Neide (museóloga, 39 anos) quis ir embora logo ao primeiro embate com a sogra, mas como ainda não tinham condição de morar sozinhos ela aceitou permanecer por mais um tempo na casa da mãe de Antônio. Para ele, Neide não precisava sofrer os constrangimentos que a sogra lhe dirigia, pois poderia voltar para casa materna. Sua única alternativa para permanecer foi acionar o papel de mulher para que prevalecesse ao de nora; assim Neide criou a estratégia de não enfrentar as discussões iniciadas pela sogra. Antônio esclarece que "(...) a Neide nunca levou adiante nenhum bate-boca. Nunca teve nenhuma cena desagradável. Minha mãe dava aquele escândalo inicial e Neide recuava".

Já Patrícia (desempregada, 33 anos) procurava superar as desavenças com a sogra para que não houvesse discussões diante da sua filha pequena (Eduarda, 3 anos). Ainda que se sentisse "humilhada" pelas ajudas financeiras da sogra, acabava aceitando para comprar os alimentos especiais da filha.

Na família de Ana Luzia (auxiliar de enfermagem, 33 anos), pai e marido eram muito unidos. Ambos compartilhavam as tarefas masculinas da casa e costumavam escolher filmes para assistirem juntos, mas quando seu pai descobriu que o genro teve um relacionamento extraconjugal (num período de breve separação do casal), as relações entre eles arrefeceram, tornando-se

“(...) um gelo. Só bom dia e boa tarde”, diz ela.

Nas relações por aliança, o afeto vai se estabelecendo com o decorrer do tempo, fruto das interações, podendo ocorrer, no plano simbólico, a transformação do parentesco por aliança em parentesco por consangüinidade; uma expectativa em transformar a relação intrafamiliar obrigatória apenas em laços afetivos. Rick (gerente de RH, 30 anos) declara então "adorar a família de Juliana" (jornalista, 28 anos) e afirma: "tenho certeza de que no fundo ele [o sogro] me adora". Antônio (museólogo, 41 anos) afirma que sua mãe, hoje em dia adora sua esposa e Marilza (vendedora, 54 anos) e André (vendedor, 29 anos) não se consideram como sogra e genro e sim, como mãe e filho. André, quando perguntado sobre como se sente na casa da sogra, responde:

> Eu me sinto com se estivesse na casa da minha mãe. A gente fica muito à vontade aqui. A verdade é a seguinte: Você chega estranho numa casa.... Ela [a sogra] não tem filho... Era estranho, porque uma pessoa entra na casa, você não conhece direito... Uma coisa era eu ir lá, namorado da filha, outra coisa é eu ficar morando, mas ela me recebeu bem ...mas eu ficava preocupado... Mas foi rápido e em menos de um mês já estava íntimo porque a gente estava convivendo num esquema completamente família.

Segundo Ana Luzia (auxiliar de enfermagem, 33 anos), seu marido Marcelo (segurança, 33 anos) afirma que conversa mais com a sogra do que com a própria mãe. Foi ele e não a filha quem levou a sogra para as sessões de quimioterapia. Ana Luzia diz que sua mãe sente um enorme carinho por Marcelo, criando ciúmes em seus irmãos quando diz que nenhum filho fez por ela o que o genro foi capaz de fazer, num momento tão difícil de sua vida.

Raramente os conflitos ocasionam uma ruptura familiar definitiva. Entre os jovens casais que refazem sua vida fora da casa dos pais, permanece um sentimento de dívida para com eles. Como disse Rick (gerente de RH, 30 anos) “nunca vamos esquecer o que ele [o sogro] fez por nós naquela época”. Antônio (museólogo, 41 anos) declara que fica duas semanas sem visitar a mãe, mas que eles moram no mesmo prédio (um andar acima) para socorrê-la em alguma emergência. As famílias entrevistadas deixam claro que a recoabitação é fonte de tensões diversas entre as várias gerações que vivem na mesma moradia. O que se percebe é que seus membros criam estratégias para superar os desgastes e minimizar os conflitos.

4.2.4 Conflito entre casais

Nas sociedades contemporâneas ocidentais há uma valorização crescente da relação conjugal em detrimento da relação familiar extensa. O amor é a condição do casamento e base da conjugalidade, pois como diz F. de Singly “o amor define o princípio ideológico que dá suporte ao círculo doméstico: a família conjugal só 'funciona' com amor” (1999:26). A relação conjugal é, portanto, fonte de sentido, norma de referência das relações entre indivíduos. Este modelo que define as normas relacionais não determina o isolamento do casal, mas a modificação da hierarquia das relações em favor deste último (*idem*:25). Assim, diante da relação parental é preciso cuidar da intimidade do casal, velando por sua intensidade já que os dois tipos de relação – parental e conjugal – podem concorrer e atritar.

Vários casais são conscientes de que a relação com os parentes por

aliança é inevitável e que existe uma simetria nesta relação familiar: os pais de um são os sogros do outro. Assim, do ponto de vista das relações familiares, poderíamos dizer que marido e mulher estariam em patamares semelhantes, ou seja, lidar com sua própria família e com a do cônjuge. Ocorre que, com a recoabitação o outro cônjuge se vê compelido a ter que se adaptar às regras da família afim; tal proximidade põe em risco a igualdade do casal nas relações com seus familiares, posto que cada um tenha que conviver mais com a família do outro. Por exemplo, a família de Patrícia (desempregada, 33 anos) mora no nordeste, e a difícil coabitação com a família do marido tem, segundo ela, gerado seu sufocamento pois, "não tenho para onde ir, sou obrigada a acordar e olhar para ela [a sogra] todo dia". Os constantes problemas com a sogra ameaçaram a ruptura definitiva do casamento; sem apoio do marido Patrícia foi com a filha (Eduarda, 3 anos) para o nordeste permanecendo lá durante três meses.[26]

Neste sentido, a maior parte dos conflitos entre casais em recoabitação está muito associada às tensões entre os parentes por aliança. Há sempre a expectativa de que um fortaleça o outro nos embates familiares. A relação conjugal enfraquece quando um dos cônjuges apóia os pais na hora do embate. Há, também, a expectativa de que os consangüíneos sejam bem tratados pelo cônjuge e que este se esforce para se adaptar à família que o recebe. O que se percebe é que os indivíduos tentam conciliar os laços conjugais e os laços filiais, que nem sempre são compatíveis, principalmente nas situações de conflito.

A exemplo disto cito o caso de Ana Luzia e Marcelo (ambos com 33

[26] Retornou a pedido do marido, que se comprometeu em sair do apartamento da mãe tão logo construísse uma casa no terreno grande da família, situado na Região dos Lagos, Rio de Janeiro.

anos). Ela é auxiliar de enfermagem, ele desenhista, atualmente trabalhando como segurança. Encontrando dificuldades para se manter e à convite da mãe de Ana Luzia, o casal decidiu morar com a família dela temporariamente, pois Marcelo estava desempregado e Ana Luzia queria investir no curso superior de enfermagem. Os primeiro dois anos foram harmoniosos, até surgir a crise que separou o casal por três meses. Segundo Ana Luzia, um dois maiores motivos de suas brigas era a falta de privacidade do casal, pois eram interrompidos em seus momentos mais íntimos, com alguém da família batendo na porta de sua suíte (construída no segundo andar da casa). Ela então explica:

> (...) a entrada para o quarto não era independente e todo o problema estava aí. Minha mãe, volta-e-meia batia na porta, que já era um problema porque era sanfonada, então ela pedia alguma coisa emprestada e o Marcelo é mal-humorado, grosso, desconta os problemas no primeiro que ele vê.

A ingerência, ainda que indireta ou discreta, da família nos conflitos entre cônjuges contribui para acirrar os problemas do casal. Ana Luzia (auxiliar de enfermagem, 33 anos) afirma, também, que seu pai a incentivava a se separar do marido, ainda que respeitasse a vontade da filha. Já na família de Juliana (jornalista, 28 anos) o pai estava sempre disposto a tecer comentários negativos sobre o genro, quando este chegava tarde em casa. E Rick (gerente de RH, 30 anos) diz que “nós brigamos muito por causa disso”. Interessante notar como o pai, na verdade, reforça o desconforto da filha perante as ações do marido: “meu pai até tinha razão”.

O sentimento de dívida dos filhos para com a família paterna ou materna pode afetar o casamento, pois alguns criam a expectativa de que seus os

cônjuges se sintam, também, devedores em relação às ajudas recebidas. Os desentendimentos entre Ana Luzia (auxiliar de enfermagem, 33 anos) e Marcelo (segurança, 33 anos), também ocorrem porque ele questiona a ajuda financeira que ela dá à sua família, ainda que na forma de empréstimos, “que nunca voltam”, e na compra de remédios. Ana Luzia se mostra insatisfeita com a postura do marido, “eu acho que tenho mais é que dar porque o que eu tenho hoje, se eu estudei e tenho bons empregos é porque meus pais me deram condições, e ele implica. Mas eu tenho que gastar senão quem vai fazer isso?”. Ela diz que tem o dever de retribuir a mãe. Assim, mesmo que a mãe não lhe devolva o dinheiro emprestado, ela lhe presta inúmeras ajudas nos períodos em que passa nos plantões, como serviços domésticos. Para Ana Luzia “o que eles fazem por mim eu faço por eles, e o Marcelo não enxerga isso”. Esse fluxo das trocas parece não ser percebido da mesma maneira entre os cônjuges, prevalecendo o papel de filha em detrimento ao papel de esposa. Ana Luzia declara que, ainda que vá viver em casa própria, o sentimento de dívida e de obrigação para com os pais permanecerá.

Observei que, para a maioria dos jovens casais, a vontade de ter sua própria morada para fugir dos conflitos cotidianos é seu principal objetivo. Juliana e Rick, tão logo conseguiram alugar um apartamento, se mudaram mesmo sem ter móveis. Para Rick “a gente chegou bem perto de explodir”. Já Ana Luzia e Marcelo estão separados pela segunda vez, e assim ficarão até que possam alugar novamente um apartamento. Ana Luzia declara que “nossa relação vai melhorar se a gente voltar a ter nossa”. Já Antônio foi assertivo ao dizer que só não se separou porque estavam na fase inicial do casamento. Para ele “se esse tipo de conflito [entre a mulher e a mãe] acontece num

casamento que já tem dez anos pode até levar ao fim da relação (...) eu tinha a consciência de que tinha que ter minha casa (...) sorte que a relação conseguiu se manter".

Segundo de F. de Singly, muitos casais aceitam ajudas e serviços dos pais desde que isto não coloque em risco sua autonomia. Estes apoios nem sempre ameaçam a vida conjugal. Afinal, por que recusar a ajuda familiar se ela representa, no imaginário social, a base da construção da verdadeira família? (1993). Entretanto, o equilíbrio entre os laços conjugais e os laços de parentela reside no estabelecimento da "boa distância" entre seus membros. Esta pode variar "em função dos trunfos sociais e culturais dos diferentes protagonistas, da sua herança do passado e de seu projeto pessoal, conjugal e familiar (...), acompanhadas de reajustes de ordem identitária (...) que não se manifestam como unidade fixa, ao contrário, instável e evolutiva" (Lemarchant, 1999: 27). Assim, nem todos têm a mesma percepção da "boa distância", porém, ela deve ser negociada sistematicamente entre o casal e sua família para conciliar os papéis familiares e manter a harmonia familiar.

4.2.5 Os Mediadores

Na trama familiar, criada com a recoabitação, a figura do mediador, daquele que busca amenizar as tensões é fundamental. Em geral, são os filhos que procuram amenizar os conflitos entre avós e netos, e entre seus pais e seus cônjuges; ou os pais que tentam reconciliar os cônjuges; ou ainda, as noras e genros que buscam apaziguar pais e filhos.

Iranir (dona de casa, 44 anos), demonstrando não concordar com as

malcriações de suas filhas com a avó, promove constantes conversas com as filhas adolescentes, exigindo que respeitem a avó. As netas acham que a avó exagera ao reclamar do volume do som, mas Iranir insiste que o problema está na forma como elas se dirigem à avó.

Quando são os filhos os mediadores dos conflitos a relação entre seus pais e seu cônjuge, eles declaram se sentir numa situação bastante difícil, porque se sentem pressionados tanto por uns quanto por outros. Assim, a mulher de Márcio (garçom, 32 anos) exige que ele a apóie, enquanto sua mãe diz que ele é manipulado pela mulher. Márcio, por sua vez, assume como estratégia não dar apoio a nenhuma das duas. Embora reconheça que às vezes sua mãe exagera nas críticas à mulher, prefere se abster de comentários que apóiem Patrícia (desempregada, 33 anos), a fim de não fomentar ainda mais o conflito entre ambas.

Pouco confortável também era a posição de Juliana (jornalista, 28 anos) quando morava com o pai e sua segunda família. O próprio marido, Rick, concorda que ela sofria ao fazer a mediação entre ele e o sogro, quando o sogro exigia dele uma maior participação na cena doméstica. Rick (gerente de RH, 30 anos) considera que a coabitação “para mim foi ruim, mas para Juliana foi pior ainda porque ela ficou no fogo cruzado. (voltando-se para ela) Eu evitava o máximo falar sobre o seu pai, mal!”. Juliana buscava compensar a ausência de Rick, tomando para si a responsabilidade de cuidar das plantas e participando, mais do que desejava, da vida familiar. Seu relato é bastante expressivo e revela o quanto a recoabitação pode gerar tensões e desconfortos para seus membros.

> Eu queria me esforçar pela falta que o Rick estava supostamente fazendo, mas ao mesmo tempo eu estava me violentando porque, [passei] de uma situação onde eu era totalmente independente, não dava satisfação a ninguém, vivia minha vida, fazia meu horário, vivia do meu dinheiro, e de repente estar na casa do meu pai, pedindo dinheiro para ir ali na esquina comprar algum remédio, sem dinheiro nenhum, tendo que dar atenção às minhas irmãs... Então eu falava: o que eu posso fazer pra estar morando aqui, o que eu posso fazer pra te agradar [o pai]? Eu não tinha privacidade nenhuma.

Na família de Antônio (museólogo, 41 anos) o papel de mediador coube à sua mulher, que intermediava a relação entre ele e seus pais. Segundo Antônio, esse fator colaborou também para a aproximação entre nora e sogra, pois seus pais descobriram em Neide um canal de informação sobre sua vida, já que ele sempre foi muito reservado. A relação entre a mãe e a mulher foi se construindo nesse terreno. Diz ele:

> Eu sempre fui um “bicho do mato” e fiquei mais social por causa da Neide. Isso favoreceu a relação dela com minha mãe. Muitas coisas a meu respeito eles conseguiam saber, na hora de beber água, por causa da Neide. E minha mãe perguntava: “Por que o Antônio está com essa cara?” De mim nunca teria essa resposta. Meus pais começaram a entender um pouco melhor a minha cabeça através do filtro da Neide. Eu era considerado um “sem rumo” e hoje eu só vou às festas familiares porque ela me força. O que tenho de vida familiar é forçado pela Neide. Ela diz: Vai jantar com sua mãe, vai lá, fica pelo o menos uns 15 minutos com ela.

Já a mãe de Ana Luzia (auxiliar de enfermagem, 33 anos), sempre

apoiou o casal nos momentos de conflito, ora aconselhando o genro a ser mais paciente com a filha ora aconselhando a filha, que trabalhava muito, a ser mais atenciosa com o marido. A opinião da mãe de Ana Luzia foi, inclusive, decisiva para que ela se reconciliasse com o marido quando se separaram pela primeira vez. Segundo Ana Luzia “(...) minha mãe tem muito essa coisa de querer ver a filha casada, coisa de família... acho que ela tem vergonha da minha irmã ser mãe solteira.” Em contrapartida, quando Marcelo (segurança, 33 anos) tinha algum problema com a família da mulher, ela buscava acalmá-lo lembrando que estavam ali provisoriamente. Foi assim quando Marcelo discutiu com o cunhado por estar ouvindo música num volume elevado; Marcelo trabalhava à noite e precisava dormir durante o dia. Acabaram cortando relações.

Na família de Marilza (vendedora, 54 anos), as filhas Fabíola (recepcionista, 24 anos) e Fabiana (desempregada, 27 anos) eram as mediadoras do relacionamento de mãe com o companheiro, tentando apaziguar as brigas do casal. Segundo Fabiana, “às vezes eu via minha mãe chorando e dava um colo para ela, às vezes ia conversar com Roberto para que fosse mais delicado com ela”. André, marido de Fabiana também se colocava como mediador nas raras discussões entre a sogra e a mulher.

O que observei nas famílias estudadas nessa pesquisa é que os conflitos se acirram quando a autonomia dos indivíduos é abalada principalmente quando um novo núcleo conjugal se instala. Entretanto, isso não tem como conseqüência o afrouxamento dos laços afetivos entre os seus membros.

Os filhos acreditam ter o dever de retribuir as múltiplas ajudas que

recebem dos pais. Como não podem participar das despesas da casa, colaboram nos serviços domésticos, resolvem questões bancárias, acompanham os mais velhos ao médico. Essas práticas são consideradas o contra-dom pelo apoio recebido, uma forma de reconhecer a dívida já que explicitam que os pais não têm mais obrigação em sustentá-los a partir do momento em que formam um novo núcleo familiar. Já os pais acreditam que têm obrigação de ajudar os filhos em qualquer circunstância e por isso, são eternos credores[27]. São esses sentimentos de deveres e dívidas, trocas e reciprocidades que compõem a base da solidariedade familiar. Assim como diz C. Attias-Donfut,

> A dívida com os ascendentes (...) é uma norma poderosa feita de mistura de dever e de reconhecimento. Entre os membros da família o princípio da solidariedade (...) analisado nos seus fundamentos [possui] duas razões invariavelmente: a primeira é o laço estatutário, "porque é meu pai, a minha mãe, meu filho", etc. Esta evidência se aplica sobretudo aos aparentados em linha direta, ascendente ou descendente. A segunda razão dada é da dívida, "o que eu devo aos meus pais", "o que eles fizeram por mim", dívida contratada principalmente com os pais, os ascendentes ou os mais velhos (2002:119).

Dever e obrigação requerem gratidão. Isto é o que os pais esperam dos filhos. Esta se traduz na participação da vida familiar cotidiana. Por isso, Luis (biólogo, 54 anos) se ressentia da ausência do genro Rick e da filha Juliana nas refeições. Já Marilza (vendedora, 54 anos) contava com o apoio do genro para desempenhar as "tarefas masculinas", tais como carregar as sacolas pesadas do supermercado ou conduzir obras de encanamento e eletricidade.

[27]Ver a respeito o estudo de C. Peixoto (2004) sobre aposentados e solidariedade familiar.

Dona Deusa (aposentada, 80 anos) é levada ao médico por sua filha Iranir (dona de casa, 44 anos), e suas contas são pagas por Fernanda (estudante, 16 anos), a neta mais velha. Maria de Lourdes (aposentada, 52 anos) solicita que a nora Patrícia (desempregada, 33anos) cuide da casa e da família sempre que ela viaja para o sítio.

O anseio em ter momentos solitários, “(...) de escapar ao controle do grupo familiar para se refugiar em ‘territórios pessoais’” (Beaujouan, 2000: 58), faz parte do rol de situações nas quais se manifesta o desejo de reconquista da privacidade. Maria de Lourdes costuma ficar muitos dias no sítio que possui em Itaboraí e justifica seu afastamento da casa porque "precisa descansar um pouco a cabeça". A nora Patrícia e o filho Márcio, que dividem o quarto com a filha pequena e o irmão dele, ressentem-se por estarem privados da intimidade da vida conjugal. Patrícia diz que é no curso de cabeleireiro que consegue "se desligar de todos os problemas" e quando os conflitos com a sogra se deflagram suscita a vontade de voltar a morar perto da família, ainda que o custo seja a separação do marido.

Assim a possibilidade de autonomia dos filhos na educação dos netos; a interferência dos avós nos problemas conjugais dos filhos; questões de ordem prática que giram em torno do espaço doméstico, como a organização da casa, a escolha do programa de rádio ou televisão, o uso do telefone, os amigos dos netos, e, principalmente, a necessidade de privacidade dos casais são fatores que interferem no cotidiano das famílias que recoabitam e que acionam tensões entre seus membros.

A reciprocidade pode também funcionar negativamente. Ressentimentos e conflitos podem gerar rupturas, pois, “o mal recebido deve estar reparado,

senão, como o dom, ele será devolvido, a menos que seja perdoado ou (muito raramente) esquecido" (Attias-Donfut, 2002:120).

As questões provocadas pela recoabitação e que envolvem as relações intergeracionais, revelam que mesmo diante de crise econômica e das tensões internas, a família possui uma intensa dinâmica, na qual seus integrantes são continuamente chamados a reestruturar as estratégias de sobrevivência e de convivência para manter os laços afetivos. E, embora as relações afetivas possam, também, ser percebidas como dívidas, tornando complexos os vínculos de solidariedade, como assinala C. Peixoto

> [os elementos da solidariedade constituem] a base da redistribuição intrafamiliar dos apoios dispensados por uns e outros, morando ou não juntos. (...) e se dá num circuito de reciprocidade [onde] a vida cotidiana só é possível através das trocas entre os membros da família. (2005)

Assim, nas relações intergeracionais a obrigação do entendimento e a solidariedade são normas para a não ruptura familiar. Podem variar na forma de trocas restritas ou alargadas, diretas ou indiretas, imediatas ou diferenciadas (Attias-Donfut, 2002:119) dependendo do suporte que a solidariedade pública possa oferecer à família.

5. CONCLUSÃO

O desemprego e as privações enfrentadas pelos jovens casais, recaem sobre a parentela, visto que diante da ausência da solidariedade pública é à solidariedade familiar que se recorre para suprir as necessidades básicas da vida cotidiana.

No universo pesquisado, dentre as estratégias familiares para minimizar os efeitos do desemprego a recoabitação é a última acionada. Ela tanto propicia uma aproximação maior entre as gerações (parentes consangüíneos e parentes por aliança), por meio das trocas quanto distanciamento (afetivo) temporário, conseqüência das disputas.

A convivência não planejada entre pais, filhos e netos implica, muitas vezes, na construção de estratégias para o convívio cotidiano e os conflitos que se descortinam nas situações mais críticas da coabitação podem enfraquecer as trocas, mas não eliminam as interações familiares. Ainda que ocorram rupturas e tensões, a solidariedade familiar permanece sendo o elo que mantém as gerações, pois ela representa dos apoios e, de certa maneira, uma proteção para os momentos mais críticos.

As trocas se mantêm através de sentimentos de deveres e dívidas, ainda que os filhos adultos já tenham constituído sua própria família; impossível, para os pais, negar solidariedade quando os filhos mais precisam. Essa convicção dos pais, é a certeza dos filhos de que têm apoio incondicional dos pais.

As famílias entrevistadas demonstraram ainda, que a maior parte dos conflitos e tensões ocorridos na recoabitação está relacionada a perda da

autonomia e da independência dos filhos durante o período em que estão desempregados, morando na casa dos pais. Para os filhos, voltar para a casa dos pais é a constatação da impossibilidade de garantir a sobrevivência de sua própria família e uma ameaça à sua autonomia. A proximidade forçada gera a dependência econômica da geração pivô em relação à geração mais velha, e isto tem conseqüências na relação entre eles.

Como observou F. de Singly (2000), os indivíduos se percebem livres quando se as dimensões da individualização - autonomia e independência – estão reunidas. O dilema que se impõe aos jovens casais é tornar compatível autonomia e dependência intergeracional. O desemprego dos filhos adultos e a conseqüente dependência entre as gerações têm levado ao prolongamento da vida ativa dos pais seja através da permanência no mundo do trabalho seja se reinserindo no mercado de trabalho, como assinalou C. Peixoto (2004).

Assim, a dependência econômica retira temporariamente a liberdade de decisão dos filhos, pois a autoridade dos pais é reforçada com o estabelecimento de normas e regras para uso do (seu) espaço rearranjado. Essa percepção da autoridade paterna/materna se estende, por vezes, à interferência na vida dos filhos casados e na educação dos netos.

Vale esclarecer, no entanto, que o significado de autoridade nas famílias contemporâneas não é pautado nas posições hierárquicas da família de outrora. A abertura dada às expressividades permite uma negociação entre os sujeitos, de forma que se concede, mesmo numa relação de dependência, certa autonomia aos filhos. O problema está na forma como a autoridade dos pais foi expressa quando os filhos eram jovens e iniciaram suas trajetórias individuais. Ao retornarem à casa parental, depois de terem conquistado

autonomia e independência esta autoridade passa a não ter o mesmo efeito. Assim, a maioridade, a mudança no estado civil dos filhos e a experiência da independência econômica alteram as relações entre pais e filhos, que impõem barreiras e limites à interferência paterna e materna. Na recoabitação, devido ao desemprego dos filhos, a inversão dessa relação – voltar aos tempos de dependência parental - é motivo de tensões familiares.

Outro fator que pode explicar os conflitos é a coexistência de diferentes percepções de autonomia, solidariedade e privacidade. Ocorre que as gerações mais novas, filhos e netos, são mais individualizadas na realização plena de seus projetos pessoais e construção de sua identidade. Já a geração mais velha, nascida nas primeiras décadas do século XX, período de transformações sociais que se refletiram na dinâmica interna da família[28], experimentaram situações familiares na qual a ênfase era no grupo e não no indivíduo. Mesmo que tenham incorporado algumas práticas da vida moderna, certos valores que lhes foram transmitidos pelas gerações passadas ainda perduram. Assim, a lógica da família para esta geração é mais centrada no grupo, cuja coesão deve ser mantida para a realização dos projetos comuns e do bem-estar coletivo.

Por isso, nem sempre a recoabitação é necessariamente harmoniosa, posto que os anseios individuais entrem em choque com os interesses comuns. Talvez seja esta a origem da não correspondência às expectativas das gerações mais velhas em relação às atitudes das gerações mais novas, como foi observado na família de Iranir (44 anos, dona de casa) e de Juliana (29 anos, jornalista).

[28] Inserção da mulher no mercado de trabalho, aumento do divórcio, diminuição das taxas de fecundidade

A estratégia dos sujeitos para minimizar os conflitos é tentar conciliar autonomia e dependência econômica, entretanto há experiências na vida cotidiana que são mais individualizadas ou que se quer mais individualizadas. Assim, sentir-se tolhido do poder de decisão no que concerne à educação dos filhos, significa criar uma barreira no projeto pessoal de “ser mãe” ou “pai” e impõe limites à realização plena dessa escolha. Esses sentimentos nem sempre são percebidos pelos mais velhos que revivem a condição de serem pais novamente e que, por vezes, impedem que os filhos vivam plenamente essa experiência.

Quando as realizações pessoais de cada membro da família se tornam inconciliáveis com as expectativas dos demais, detonam-se as tensões. Assim, observamos que o que está em jogo é a impossibilidade de se conseguir afrouxar os laços quando se tem vontade, para garantir a manutenção da individualidade e da identidade na família contemporânea. Não é à toa que os jovens em recoabitação expressam o desejo de voltarem a morar sozinhos, e que os que já saíram consideram que, para dar curso a realização de seus projetos pessoais, é necessário a pouca interferência da família materna ou paterna. Os que conseguiram se reinserir no mercado de trabalho não admitem mais a possibilidade de reviver a experiência da recoabitação.

O desejo de se manter fora do cotidiano parental, não implica na desvinculação total com os laços familiares, os jovens reconhecem na família de origem a sua base e o lugar onde se constituíram enquanto indivíduos, onde encontram o apoio incondicional e o afeto. Significa dar conta do equilíbrio entre um “indivíduo com” e um “indivíduo só”, como já assinalou F. de Singly (2001).

Neste sentido, esse estudo mostra que as famílias das camadas médias cariocas são ao mesmo tempo “relacionais” e “individualistas”, pois na mesma medida em que as trocas são estimuladas como o cuidado dos netos, os apoios materiais e afetivos, muito se valoriza a “boa distância” entre os familiares.

A solidariedade familiar toma contornos diferenciados nas sociedades, segundo o grau dos apoios que as famílias recebem do Estado. Para cada geração ela pode justificar-se tanto pelo afeto e pela obrigação como também pela coerção dos papéis sociais na família. Nas sociedades onde as famílias são amparadas por um forte sistema de proteção social, a solidariedade familiar é muito mais fundada no afeto, já que a obrigação do suporte social aos sujeitos recai sobre a solidariedade pública. Não que os laços intergeracionais nesses países sejam mais frouxos mas, sim, que as relações tomam outro caráter. Por esse motivo as trocas de serviços e os apoios estão ligados aos laços emocionais.

O estudo de M. Jarvin sobre a família na sociedade sueca é bastante ilustrativo. Nela, os indivíduos decidem o momento do encontro com sua família. Os contatos familiares são percebidos como relações privilegiadas, não sendo vividos imperativamente ou por obrigatoriedade e, sim, de forma eletiva (2000).

O sentido da solidariedade familiar na família brasileira, ao menos no universo pesquisado, é bastante diferente. As entrevistas indicam que as variadas situações cotidianas é que determinam em que momento cada uma dessas dimensões da solidariedade predominará. No retorno dos filhos, com sua família conjugal, à casa dos pais e quando os conflitos se evidenciam, os

sentimentos de obrigação e os papéis sociais podem prevalecer. Isto é percebido principalmente nas trocas entre parentes por aliança. Mesmo que se evoquem os laços afetivos mais percebidos entre parentes por consangüinidade.

Tudo leva a crer que a repercussão do desemprego nas relações familiares imprime um novo ritmo ao processo de individualização pelo qual a família contemporânea vem passando. A precariedade causada pelo desemprego implica numa retomada da dependência tradicional entre as gerações, hoje desvalorizada pela “ideologia da independência”. Podemos pensar, portanto, que nas situações de desemprego, quanto mais solidária é a família, menos autônomos tornam-se os indivíduos e, no caso desta pesquisa, os jovens casais na recoabitação.

6. REFERÊNCIAS

ATTIAS-DONFUT, C. *Transferts publics et transferts privés entre générations*. In : ATTIAS-DONFUT (org.) **Les Solidarités entre Générations** : Vieillesse, Familles, État. Paris : Nathan, 1995.

ATTIAS-DONFUT, C. *Des Générations Solidaires* In: **Familles Permanence et Métamorphoses**. Editions Sciences Humaines, 2002.

BEAUJOUAN, C. *Tempo familiar e tempo individual entre desempregados*. In: PEIXOTO C., DE SINGLY F. e CICCHELLI V. (orgs.). **Família e Individualização.** Rio de Janeiro: ed. FGV, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei 10.836-2004?OpenDocument> . Acesso em 03 de março de 2005.

BRASIL. Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. Disponível em: http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/10748_03.htm-51K. Acesso em: 14 de maio de 2005.

BRIN, H. *Solidarité ou Aide aux Familles?* In: **Informations Sociales**: Solidarités familiales. nº 35, 36, Paris : CNAF, 1994.

BUSTILLOS, C.S.R, *Políticas Sociais Públicas: O Estado-Providência Francês*. In: **Revista do BNDS**, RJ, v. 8, nº15, jun. 2001.

CAMARANO, A. A (org.). **Muito Além dos 60: os novos idosos brasileiros.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

_____ Ghaouri, S.K. **Família com idosos: Ninhos vazios?** Texto para Discussão nº 950. Rio de janeiro: IPEA, 2003.

CARCERERI, P. A. L. **Da Renunciabilidade do Direito aos Alimentos Conjugais.** Jus Navigandi, Teresina, a.6, n. 58, ago. 2002. Disponível em: http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3107. Acesso em: 28 mai. 200527 mai 2005.

CICCHELLI-PUGEAULT, C. e CICCHELLI, V. **Les théories sociologique de la famille**. Paris: La Découvert, 1998.

CLIFFORD, J. **A Experiência Etnográfica**. Antropologia e Literatura no Século XX. RJ: Editora UFRJ, 2002.

COURGEAU. D. *Réflexions sur la causalité en sciences sociale*. In : **Recherches et Prévisions** – Chômage et famille, nº 60, Paris : CNAF, 2000.

DaMATTA, R. O Ofício do Etnólogo, ou como Ter o Antropological blues. In : NUNES, E. O. **A Aventura Sociológica,** RJ : Zahar, 1978.

_____**Carnavais, Malandros e Heróis**: Para uma Sociologia do Dilema Brasilero. RJ: Zahar, 1981.

DUPRÉ, T**.** *Devoirs de Familles.* **In: Informations Sociales**: Solidarités familiales. nº 35, 36, Paris : CNAF, 1994.

FINCH, J. **Family Obligations and Social Change.** Cambridge: Polity Press, 1989.

FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares***.* Porto Alegre: Ed.

Universidade/UFRGS, 2000.

GEERTZ, C. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____ **Obras e Vidas.** O antropólogo como autor. RJ: Editora UFRJ, 2002.

GODBOUT, J. T.; CHARBONNEAU, J. *L'Affective, l'Obligation et le Don* In : **Informations Sociales**: Solidarités Familiales. nº35,36, Paris : CNAF, 1994.

GUEDES, S. L. *Redes de Parentesco e Consideração entre trabalhadores Urbanos: tecendo Relações a partir de quintais*. **In: Cadernos CRH** n.29. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBa, 1998

GUERREIRO, M. D (org.) **Trabalho, Família e Gerações.** Lisboa: CIES/ISCTE, 1998.

JARVIN, M. *O individualismo na cultura sueca: a recuperação da dimensão privada pela esfera pública.* In: PEIXOTO, C. E.; DE SINGLY, F. ; CICCHELLI, V. (orgs). **Família e Individualização.** Rio de Janeiro: ed. FGV, 2000.

LEMARCHANT, C. **Belles-filles: Avec les beaux-parents, trouver la bonne distance.** Paris: Presses Universitaires de Rennes, 1999.

_____ *O parentesco por aliança, um parentesco desejado? Formas e conteúdos das relações entre noras e sogros na sociedade francesa contemporânea*. In: **Família e Individualização.** Rio de Janeiro: ed. FGV, 2000.

LETRAIT, M. *L'utilisation par lês chômeurs du temps liberé par l'absence d'empl*oi In : **Économie et Statistique**, nº 352-353, Paris, 2002.

MARTIN, C. *Solidarités Familiales : L'Illusion du Renouveau.* In: Dortier, J-F. (org.) **Familles: Permanence et métamorphoses.** Sciences Humaines Éditions, 2002.

MINONZIO J. *Solidarités familiales et chômage*. In : **Recherches et Prévisions –** Chômage et famille, nº 60, Paris: CNAF, 2000.

NEZOSI, G. *Quelques éclairages sur les conséquences du chômage sur la famille* In : **Recherches et Prévisions** – Chômage et famille, nº 60, Paris: CNAF, 2000.

PEIXOTO, C. E. *Uma questão de estranhamento.* In: **Envelhecimento e Imagem**: As fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro. RJ: Annablume, 2000.

_____ *Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e matérias.* In: PEIXOTO, C. E., DE SINGLY, F. e CICCHELLI, V. **Família e Individualização.** Rio de Janeiro, ed. FGV, 2000.

_____ ; BOZON, M. *Comportamentos Familiares: resultados e perspectivas*. In: **Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, dossiê Análises Contemporâneas sobre os Comportamentos Familiares, n° 2, RJ: UERJ, NAPE, 2001.

_____ (org) *Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar.* In: **Família e Envelhecimento.** Rio de janeiro: ed. FGV, 2004.

PEIXOTO, C. E. Solidariedade familiar intergeracional. In: ARAÚJO, C; SCALON, C. (orgs.) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. RJ: ed.

FGV, 2005.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Programa Cheque Cidadão.** Portal do Cidadão – Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.acaosocial.rj.gov.br/. Acesso em 03 de março de 2005.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Programa Restaurante Popular**. Portal do Cidadão – Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.acaosocial.rj.gov.br/. Acesso em 03 de março de 2005.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Programa Farmácia Popular Vital Brazil.** Disponível em: http//www.ivb.rj.gov.br/principal.asp. Acesso em 03 de março de 2005.

REZENDE, C. B **Os Significados da Amizade**: duas visões de pessoa e sociedade. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2002.

ROMANELLI, G. *Autoridade e Poder na Família.* In: CARVALHO, M.C.B (org.)**. A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo:EDUC, 1995.

SAAD, P. M. *Transferências de Apoio entre Gerações no Brasil: Um Estudo para São Paulo e Fortaleza* In: CAMARANO, A. A (org.). **Muito Além dos 60: os novos idosos brasileiros.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

SALEM, T. **O Velho e o Novo:** Um Estudo de Papéis e Conflitos. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, V. G **O Antropólogo e sua magia**: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo:Edusp, 2000.

SARTI, C. A. *Família e Individualidade: um problema moderno*. In:

CARVALHO M.C.B (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo:EDUC, 1995.

SEGALEN, M. *Les Nouvelles Familles* In : Dortier, J-F. (org.) **Familles: Permanence et métamorphoses**. Sciences Humaines Éditions, 2002.

SILVA, V. G. **O Antropólogo e sua Magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras.** São Paulo: Edusp, 2000.

SINGLY, F. de **Sociologie de la Famille Contemporaine.** Paris : Nathan, 1993**.**

_____ **Préface: Sur scène, avec sa belle-mère**. In: LEMARCHANT, C. Belles-filles: Avec les beaux-parents, trouver la bonne distance. Paris: Presses Universitaires de Rennes, 1999

_____ *O Nascimento do "Indivíduo Individualizado" e Seus Efeitos na Vida Conjugal e Familiar.* In: PEIXOTO, C. E., DE SINGLY, F. e CICCHELLI, V. (orgs). **Família e Individualização.** Rio de Janeiro: ed. FGV, 2000.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego**: Diagnóstico e Alternativas. 6ª ed. S.P: Contexto, 2003.

SOLAZ, A. *Une réflexion économique sur le lien famille-chômage et la constituition du couple*. In : **Recherches et Prévisions – Chômage et famille**, nº 60, 2000.

TORRES, A. e*t alli* **Homens e Mulheres entre Família e Trabalho.** Lisboa: DEEP.CID, 2004.

VELHO, G. *Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias*. In: **Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, dossiê Análises Contemporâneas sobre os Comportamentos Familiares, n° 2, RJ: UERJ, NAPE, 2001.

_____ *Observando o Familiar.* In: **A Aventura Sociológica,** RJ : Zahar, 1978.